

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA

PEDRO VÍCTOR DE FREITAS SOARES

**OS ELEMENTOS DA POLÍTICA EXTERNA JOANINA PARA A POLÍTICA
EXTERNA DO PRIMEIRO REINADO: 1808-1831**

**Santana do Livramento
2015**

PEDRO VÍCTOR DE FREITAS SOARES

**OS ELEMENTOS DA POLÍTICA EXTERNA JOANINA PARA A POLÍTICA
EXTERNA DO PRIMEIRO REINADO: 1808-1831**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Relações Internacionais da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do Título de Bacharel em Relações Internacionais.

Orientador: Rafael Balardim

**Santana do Livramento
2015**

Ficha catalográfica elaborada automaticamente com os dados fornecidos pelo(a) autor(a) através do Módulo de Biblioteca do Sistema GURI (Gestão Unificada de Recursos Institucionais) .

d372e de Freitas Soares, Pedro Víctor

OS ELEMENTOS DA POLÍTICA EXTERNA JOANINA PARA A POLÍTICA EXTERNA DO PRIMEIRO REINADO: 1808-1831 / Pedro Víctor de Freitas Soares.

75 p.

Trabalho de Conclusão de Curso(Graduação)-- Universidade Federal do Pampa, RELAÇÕES INTERNACIONAIS, 2015.

"Orientação: Rafael Balardim".

1. Política Externa Brasileira. 2. Período Joanino no Brasil. 3. Primeiro Reinado . 4. Dom João VI. 5. Dom Pedro I. I. Título.

CDD 320.81

PEDRO VÍCTOR DE FREITAS SOARES
OS ELEMENTOS DA POLÍTICA EXTERNA JOANINA PARA A POLÍTICA
EXTERNA NO PRIMEIRO REINADO: 1808-1831

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Relações Internacionais da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do Título de Bacharel em Relações Internacionais.

Trabalho de Conclusão de Curso defendido e aprovado em: 27, novembro e 2015.

Banca examinadora:

Prof. M.e. Rafael Balardim
Orientador
(UNIPAMPA)

Prof^a. Dr.a. Kamilla Raquel Rizzi
(UNIPAMPA)

Prof^o. Dr. Victor Hugo Veppo Burgardt
(UNIPAMPA)

Nada seria possível sem eles, por isso dedico este trabalho a três pessoas especiais em minha vida: Otaviano Soares (*in memoriam*), Rosa Maria de Freitas e Lúcia Maria de Oliveira.

AGRADECIMENTO

Sair da minha cidade para estudar em uma universidade pública e federal aos 19 anos de idade não foi uma tarefa fácil, mas com o apoio de muitas pessoas, tudo se tornou possível. Não há como enunciar todos que direta ou indiretamente fizeram a diferença nesta trajetória, mas alguns nomes não podem deixar de ser honrados.

Dentro desta instituição de qualidade eu tive o apoio de várias pessoas, que me ajudaram a construir meu conhecimento acadêmico. Agradeço ao meu orientador, o professor Rafael Balardim, a quem eu admiro pelo seu trabalho e dedicação em continuar transformando o curso de Relações Internacionais, da Universidade Federal do Pampa, em uma referência nacional de conhecimento na área. Agradeço a professora Kamilla Rizzi, por ter contribuído no desenvolvimento do meu pré projeto de TCC, suas ponderações foram de grandíssima relevância para a elaboração do trabalho. Agradeço também aos professores Flávio Lira, Ana Monteiro, Margarete Lopes, Victor Hugo, Anna Carletti e tantos outros que compartilharam seus conhecimentos em sala de aula ao longo destes anos de minha graduação. Aos técnicos Sacha Valesca, Carmen Lia, Sandro Burgos e aos demais que carregam a administração do campus, sempre buscando solucionar, da melhor maneira, a demanda dos discentes.

Nos anos em que vivi em Santana do Livramento eu tive o privilégio de conviver com pessoas que se tornaram minha segunda família, os meus amigos: Diego Araújo, Caique, Inara Paschoalino, Cássio Dias, Marina Kodama, Rafael Masson, Agnes, Thaísa, Josie, Yesa e Cassiel. Eles estiveram junto a mim nos momentos mais emblemáticos, tanto nas vitórias quanto nas derrotas, e sempre estarão em minhas recordações. Para todos, meu muito obrigado!.

Fora do eixo acadêmico, tive a sorte de conhecer o Rotaract Club Livramento. Eu agradeço profundamente por terem me proporcionado uma nova visão de mundo, mostrando que é possível fazer diferente para melhorar nosso meio. Com eles conheci as fragilidades e as fortalezas do Pampa que me acolheu e através deste clube, quero deixar um legado para a região que se tornou minha morada. Em especial destaco meus padrinhos Deivid Forgiarini e Cinara Alves (Rotaract), Hiloir Coelho e Antônio Planela (Rotary), que me ensinaram os preceitos da família rotária. Agradeço também as famílias Prado, Bidarte e Senna, que nesta cidade conheci e me acolheram como se eu fosse membro delas.

Sou grato pelos ensinamentos e pelo amor que tive do meu pai, Otaviano Soares. Com ele, aprendi o respeito que se deve ter com as pessoas, a tolerância na divergência de opiniões e sempre buscar ao máximo um novo conhecimento. Me ensinou a apreciar a arte e a leitura, e mesmo hoje, mesmo não estando mais aqui, continuo buscando seguir os passos dele.

Agradeço a minha mãe, Rosa Maria de Freitas, a pessoa mais parecida comigo, tanto em humor, quanto fisicamente. Mesmo morando distante, nunca deixou de estar próxima de mim e me amar incondicionalmente.

Em especial faço o agradecimento à tia Lúcia. Ela que, desde 1998, quando escolheu me criar, abriu mão de muitas coisas de sua vida, para me dar a melhor educação possível. Sua preocupação ímpar comigo foi essencial para eu ter alcançado todos os meus objetivos.

Agradeço também a todos que formam em Campinas nosso clã familiar: tia Nenê, Tetê, tia Márcia, tio Carlão, tia Luci, Juliana, Murilo, Ana Luísa, Luisinho e Fábio. Não posso deixar de recordar as pessoas que já se foram, mas fazem parte desta história, a Vó Naia e o Dudu.

Agradeço imensamente a minha madrastra Inez que, em determinada época, também abriu mão de sua vida para cuidar da pessoa que mais me amou. O carinho e cuidado imensurável, que teve pelo meu pai até seu último dia, me deu forças para continuar estudando.

Agradeço também aos outros familiares que, de alguma maneira, também me apoiaram, em especial: Tito, Christina, Olímpia Catarina, Edemir, Carmen, Laís, Aretha, Bira, Gabi Trajano, Ernesto Xavier; Theo Robson; Simmy, Paola, Renata, Wirena, Aléxia e Luis Freitas.

Agradeço aos meus amigos que, mesmo distantes, também acompanharam minha trajetória. Em especial: Muana, Gabriela Nunes, Samuel, Keller e Helena.

Quero deixar minhas pegadas nas areias
do tempo

Algo que fique para trás quando eu deixar
este mundo,

Deixarei algo para ser lembrado,

Deixarei o mundo um pouco melhor

Vou deixar minha marca para que todos
saibam

Que eu estive aqui

Diane Warren

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo identificar os elementos que formaram a base da Política Externa do Brasil. Para atingir tal objetivo serão analisadas as ações e tratados de Política Externa Joanina e do Primeiro Reinado no Brasil. O trabalho faz uma comparação crítica verificando as convergências e divergências entre dois períodos estudados. A relevância desta pesquisa consiste em compreender a formulação de Política Externa Brasil por sua base, pois nota-se que estes períodos são pouco estudados. A pesquisa não se limita em questões de Política Externa, é desenvolvido também temas como a transformação interna do Brasil com a chegada da corte portuguesa e a partir da independência do Brasil.

Palavras-Chave: Política Externa Brasileira; Período Joanino; Independência do Brasil;

ABSTRACT

The present work has as main objective to identify the elements that form the basis of Brazilian Foreign Policy. In order to reach such, will be analyzed actions and treated of Foreign Joanina Policy and from the first reign in Brazil. The research does a critical comparison by checking the convergences and divergences between the two periods studied. The relevance of this research is to understand the formulation of Brazilian Foreign Policy by its base, as it is noticed that these periods are few studied. The research is not confined to Foreign Policy issues; it is also developed themes such as internal transformation of Brazil with arrival of the portuguese court and from the independence of Brazil.

Keywords: Brazilian Foreign Policy; Joanino Period; Independence of Brazil.

SUMÁRIO

| | | |
|----------|--|-----------|
| 1 | INTRODUÇÃO | 12 |
| 2 | O Brasil no contexto do Sistema Colonial e a Política Externa | 16 |
| 2.1 | Mercantilismo..... | 16 |
| 2.2 | Política Externa..... | 23 |
| 3 | Período Joanino (1808 – 1821) | 27 |
| 3.1 | A situação política e econômica do Império Lusitano | 27 |
| 3.2 | Os fatores externos..... | 30 |
| 3.3 | A transferência da Corte Portuguesa e as mudanças internas no Brasil | 32 |
| 3.4 | A Política Externa Joanina | 38 |
| 4 | O Governo de Dom Pedro I e Política Externa. | 48 |
| 4.1 | Período Regencial e Independência do Brasil | 48 |
| 4.2 | Primeiro Reinado: a organização do Império do Brasil | 52 |
| 4.3 | A Política Externa de Dom Pedro I | 55 |
| 5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS | 66 |
| | REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS | 69 |

1 INTRODUÇÃO

As ações de Política Externa de um país, apesar de serem estrategicamente pensadas, levam em conta a história da nação. É necessário tempo para que se consolidem as bases de Política Externa. No caso da Política Externa do Brasil não foi diferente. Para que se possa entender um pouco melhor a Política Externa Brasileira, faz-se necessário que se retome à sua base, desde a invasão e conquista territorial do Brasil até a independência da colônia. Em primeiro momento estas terras desconhecidas do ocidente não possuíam grande interesse, já que não foi encontrado metais preciosos de imediato. Mas a partir de 1530, Portugal decidiu colonizar para não correr o risco de perder o território para outras nações que avançavam o Atlântico. Deste modo, o território passou a se utilizado como colônia de exploração, entrando no sistema que foi conhecido posteriormente pelo nome de “Mercantilismo”.

O século XIX vai trazer ao Brasil colônia transformações políticas, que irão desencadear na independência. Em 1807 as tropas francesas estavam preparadas para atacar o reino português, e para evitar confronto, a Coroa lusitana poderia acatar o Bloqueio Continental contra a Inglaterra, ou fugir para algum de seus territórios ultramarinos. Seguir o combate contra as forças militares napoleônicas poderia ser uma estratégia muito arriscada. A habilidade bélica das tropas francesas se mostravam superiores às de Portugal na época. Devido ao fato da Grã-Bretanha ser aliada secular dos portugueses, o Príncipe Regente Dom João decidiu apoiar a coroa britânica, fugindo do combate contra as tropas de Napoleão Bonaparte. Dom João trasladou sua a metrópole para o Brasil, levando consigo a Corte, o tesouro do Império, a Biblioteca Real e todo o arcabouço jurídico.

Martim Afonso de Sousa, organizador da colonização sistemática do Brasil, teria sido um dos primeiros a aconselhar a transmigração da Família Real para a América do Sul, revelando a Dom João III a extensão dos seus domínios neste continente e o valor prodigioso das riquezas que nele se encontravam profusamente distribuídas. (NORTON, 2009, p.18).

A proposta de transferir a Coroa para a América já era antiga, sendo possível verificar a importância que esta colônia tinha para que o Império português pudesse manter seu *status quo*. O Príncipe Regente ao chegar ao Brasil, em 1808, possuía

um grande desafio, que era transformar a colônia de exploração em capital do reino de Portugal. Para isso foi necessário organizar a nova estrutura de governo criando, no mesmo ano de sua chegada, o Banco do Brasil e os primeiros ministérios: Negócios Estrangeiros e da Guerra; Negócios do Reino; e Negócios da Marinha e Ultramar.

A partir deste momento, é possível verificar mudanças no que tange a Política Externa: a Abertura dos Portos do Brasil para as nações amigas em 1808, que combinada com a revogada proibição da fabricação de qualquer manufaturado na colônia (Alvará de 1785), deu fim ao sistema colonial na prática; a sede do reino mudou de Lisboa e para o Rio de Janeiro, e desta cidade passou a ser emanada a Política Externa Joanina; no ano de 1810 foram celebrados com a Grã-Bretanha os tratados de Amizade e de Aliança e o de Comércio e Navegação; a primeira intervenção no Rio da Prata no ano de 1812; o Decreto para a entrada de navios estrangeiros no Brasil em 1814; a elevação do *status* do Brasil para a categoria de Reino Unido de Portugal e Algarves em 1815; a segunda Intervenção do Rio da Prata no ano de 1817; e por fim a anexação da província Cisplatina ao território brasileiro em 1821.

A corte real portuguesa, ao decidir viver no Brasil, gerou transformações significativas em sua colônia americana. Estas transformações foram de cunho político, econômico, social, de infraestrutura e jurídicos. O período Joanino não transformou o Brasil em relação à soberania, pois a colônia continuava sendo dependente da metrópole. É importante ser ressaltado o fato de Dom João VI estar a partir da colônia exercendo a Política Externa Portuguesa, pois parte de seus elementos serão mantidos durante Política Externa do Brasil Imperial, principalmente no Primeiro Reinado, com Dom Pedro I (1822-1831).

O problema no trabalho consiste em compreender quais são os elementos que formam a Política Externa Brasileira do Primeiro Reinado. Afinal o Brasil em 1822 se tornou uma monarquia, diferente de seus vizinhos, que apesar de também se tornarem independentes na mesma época, viraram de imediato repúblicas. Esta diferença foi devido a presença da corte portuguesa na colônia, pois desta maneira o país absorveu algumas estruturas governamentais iguais a de sua antiga metrópole. O Governo do período Joanino contribuiu significativamente para que, o Brasil independente, mantivesse as mesmas formas de Política Interna. A Política Externa Brasileira conseqüentemente também foi construída por esta forma diferenciada.

Portanto é indagado: quais elementos e características estruturais, da Política Externa Joanina (1808-1822), influenciaram para a formulação da Política Externa Brasileira no Primeiro Reinado (1822-1831)?

A hipótese no trabalho é de que a Política Externa do Brasil teve sua origem na Política Externa Joanina. O período anterior à independência foi de grandes transformações políticas e estruturais para a colônia e elas serviram de arcabouço para que Dom Pedro I iniciasse a Política Externa do Primeiro Reinado.

O objetivo central do trabalho é identificar os elementos da Política Externa Joanina na formulação da Política Externa do Brasil no Primeiro Reinado (1808-1831). Os objetivos específicos estão associados ao objetivo central do trabalho. Desta maneira, os itens principais que serão analisados e discutidos para responder o problema da pesquisa são: (i) compreender a Política Externa Portuguesa anterior à mudança da Corte para o Brasil, dando ênfase na Política Externa de Portugal durante as guerras napoleônicas; (ii) verificar a transformação que a colônia passou com a mudança da sede do Reino de Portugal, Lisboa, para o Brasil, até a Independência em 1822; (iii) analisar a formação da Política Externa Brasileira no reinado de Dom Pedro I.

A justificativa para o desenvolvimento do trabalho diz que para compreender melhor a formação da Política Externa Brasileira, é necessário que seja analisado com rigor o processo de independência. Este país sofreu transformações políticas quando ainda colônia, e estas, contribuíram na formação da identidade nacional e internacional. O Brasil antes de conquistar sua independência, se transformou em sede do reino de Portugal. Também é importante ressaltar que diferente das colônias hispânicas e britânicas, que se tornaram repúblicas independentes no mesmo período, o Brasil se transformou em um Império. Outro item importante a ressaltar é que o Imperador era o herdeiro direto do trono do reino que a colônia havia se emancipado. A transformação que o Brasil passou nos anos de 1808 até 1822 foi chave para a criação deste Estado, que hoje se encontra como uma potência regional na América Latina. Por isso faz-se relevante a pesquisa de um período de transformação política pouco estudado que a sociedade brasileira passou.

A metodologia do trabalho é explicativa, utilizando levantamento de dados bibliográficos, livros e artigos a respeito do tema e principalmente decretos. O trabalho será estruturado de acordo com o método racional, de abordagem dedutiva,

do geral para o particular, partindo de conclusões sobre as mudanças ocorridas de acordo com os fatos descobertos.

Para que os objetivos propostos sejam cumpridos, faz-se necessário a retomada histórica das transformações políticas que estavam acontecendo no Brasil em âmbito interno e externo. O método de procedimento é de Processo Histórico e o estudo é feito através da análise dos atos de Política Externa Joanina e da Política Externa de Dom Pedro I ou seja, da vinda da corte real portuguesa ao Brasil em 1808 até o final do Primeiro Reinado em 1831.

2 O Brasil no contexto do Sistema Colonial e a Política Externa.

Para a melhor compreensão sobre como foram desenvolvidas as ações da Política Externa Portuguesa durante o período Joanino e, posteriormente, para a criação da Política Externa Brasileira no Reinado de Dom Pedro I, faz-se necessário inicialmente esclarecer conceitos que serão abordados durante o desenvolvimento do trabalho. O Sistema Mundial não estava configurado da maneira que se encontra hoje e o Brasil deste período se encontrava dentro do Sistema Mercantil. Este trabalho utiliza os conceitos de *Mercantilismo e Política Externa*, porém faz-se necessário também, mas em segundo plano, a apresentação de outros conceitos como *Sistema Colonial e Política Interna*.

2.1 Mercantilismo

Este termo é conhecido também como Sistema Mercantil. Este foi o conjunto de práticas político-econômicas desenvolvidas no continente europeu durante a Idade Moderna, isto é, entre os séculos XV e XVIII. Este sistema foi precursor de bases para o surgimento do Sistema Capitalista. O Sistema Mercantil já incorporava outros continentes dentro de sua estrutura, portanto pode ser considerado também como precursor da globalização. O Mercantilismo foi acima de tudo um serviço da política, uma administração do tesouro real, um instrumento de grandeza política e militar (DEYON, 1969).

A base do Sistema Mercantil é constituída pelo enriquecimento do Estado através do acúmulo de metais preciosos. Quanto maior a quantidade de ouro e prata retida dentro do reino, mais rico ele é. Este sistema foi predominante na Europa Moderna e se expressou nos países uma dupla vontade de poder, a busca de grandeza e de riqueza. A Coroa portuguesa utilizou deste instrumento para por em prática a pilhagem de metais preciosos em sua colônia americana.

O termo é de criação contemporânea, sendo o produto das condições específicas de um determinado período histórico no Ocidente, isso porque em nenhum momento, durante os séculos XV e XVIII, houve algum soberano que conceituasse estas práticas (políticas e econômicas) de Sistema Mercantil, (FALCON, 1994). O que era visto na época, eram monarcas soberanos, articulando

políticas protecionistas, utilizando recursos como força bélica e acordos comerciais que pendessem o favorecimento de um dos lados.

Mercantilismo é a forma econômica ou o sistema que caracteriza a chamada economia nacional, aí defendida como a organização econômica inerente ao espaço político correspondente aos Estados nacionais modernos. Tratar-se ia de uma etapa da evolução econômica marcada pela superação da chamada economia urbana da Idade Média europeia. (FALCON, 1994, p.10).

O Mercantilismo foi acima de tudo a política econômica dos Estados modernos de regime Absolutista, onde estava centralizado nas mãos do monarca o controle total da acumulação de riquezas. Para obter este acúmulo, os Estados absolutistas possuíam como pressuposto a manutenção da balança comercial favorável.

Não temos condições de dar aos nossos trabalhadores um monopólio no mercado externo, como fizemos no mercado interno. Não podemos forçar os estrangeiros a comprarem suas mercadorias, como forçamos nossos patrícios no país. Não sendo isso possível, acreditou-se que o melhor expediente seria pagar aos estrangeiros para que comprassem as nossas mercadorias. É dessa forma que o sistema mercantil se propõe a enriquecer o país inteiro, e trazer dinheiro a todos os nossos bolsos, através da balança comercial. (SMITH, 1996, p.13).

A base consistia em vender mais ao exterior do que comprar, a fim de manter um saldo positivo na balança comercial. Os princípios mercantilistas também eram baseados no metalismo, sistema monetário em que o valor da moeda nacional é definido pela quantidade fixa de determinado metal precioso. Seu objetivo dentro do sistema mercantil era o acúmulo de ouro e prata, utilizados para a cunhagem de moedas.

Os Estados europeus, para assegurar a balança comercial favorável, fixaram o pacto colonial, que consistia nas colônias europeias poderem fazer comércio apenas com suas metrópoles, e não poder desenvolver indústrias em seus territórios. A metrópole vendia produtos manufaturados e industrializados, de maior valor, para as colônias e comprava matéria prima com preço mais baixo. A pilhagem colonial foi outra política que acumulou riqueza para os países europeus durante o período mercantilista. Dezoito mil toneladas de prata e duzentas toneladas de ouro foram transferidas da América para a Espanha entre 1521 e 1660 (BEAUD, 1987).

Portugal utilizava o metalismo para realizar as relações comerciais com suas colônias, fazendo a pilhagem de metais precisos para a cunhagem das moedas.

O sistema mercantil em sua época possuía especificidades próprias, pois por se desenvolver em um período de transição, era possível encontrar formações econômicas, sociais e políticas que não era mais feudal e nem poderia já ser chamada de capitalista.

Estruturas econômicas. No campo encontramos três tipos principais: o aforamento enfitêutico, a parceria e o arrendamento. O aforamento corresponde, em sua essência, à persistência de relações feudais reais (isto é, sem a servidão pessoal) entre os foreiros e os senhores das terras que cultivam. O arrendamento identifica-se ou aproxima-se bastante das relações contratuais capitalistas. A parceria ocupa um lugar intermediário entre os dois anteriores, sendo talvez num certo sentido uma forma tipicamente de transição. Na cidade é possível ver dois tipos básicos: artesanato e manufatura. O artesanato corresponde a produção em pequenas oficinas quase sempre organizadas em corporações, para efeito de defesa de seus interesses e manutenção da própria estrutura interna, hierarquizada. O artesão é aí o dono não só dos meios de produção, como do processo de produção. Já a manufatura apresenta um tipo de organização no qual o produtor direto, ainda um artesão, encontra-se subordinado a um empresário que lhe fornece a matéria-prima, certos instrumentos de trabalho, e se apropria da produção. (FALCON, 1994, p.23).

Este sistema também está atrelado ao fortalecimento das monarquias europeias. Ao focar na Coroa Lusitana, é preciso ser ressaltada a importância de compreender primeiramente como foi formação da Monarquia Portuguesa. Não só a formação, mas também o fortalecimento desta monarquia podem contribuir para que se compreenda melhor o processo de crise do feudalismo e de formação das monarquias nacionais na Europa como um todo, (SIQUEIRA, 2009). Quanto mais fraco estava se tornando o poder econômico e político dos senhores feudais, a Igreja e o Estado passaram a assumir controle, fortalecendo as Monarquias e o Absolutismo.

A indústria portuguesa era insipiente no período mercantilista, sendo assim, a maior parte de seus produtos eram de manufatura. Portugal possuía como base econômica a produção de vinho e suas principais trocas comerciais eram feitas com a Inglaterra, que tinha como forte estratégia comercial a exportação de produtos têxteis, tais como roupas de algodão.

Estruturas sociais. O tipo de sociedade que corresponde à época mercantilista [...] tem como característica principal o fato de ser uma “sociedade de ordens”. Voltada para a defesa, justificação e conservação dos interesses e privilégios de toda sorte que desfrutam os setores econômica e politicamente dominantes[...].A existência de uma classe de proprietários de terras, ou senhores de terras, que auto definem como ordens (nobreza e clero), e uma de camponeses, ocupantes dessas terras, produtores, diferenciados entre si através de um sem-número de critérios ou costumes, mas tendo em comum o fato de que, salvo uma parcela mínima, todos eles possuem terras, mas não são efetivamente donos delas. A existência de um número crescente de camponeses sem terras, espécie de proletariado rural, bem como o aumento de propriedades rurais em mãos de indivíduos de origem burguesa, sobretudo comerciante. A existência de uma burguesia mercantil, em alguns casos a presença de uma burguesia industrial incipiente, estando cada uma dessas burguesias dividida em segmentos e setores diferenciados. Tal burguesia mostrava oposição ao predomínio dos interesses e à manutenção dos privilégios da aristocracia. (FALCON, 1994, p.27).

Ainda sobre o período mercantilista e suas especificidades, podemos falar sobre a divisão das classes sociais. A nobreza possuía grandes privilégios na sociedade de ordens, como isenção de impostos e leis próprias. Já o Clero possuía domínio sobre educação (catequese). A relação entre estes dois grupos da elite no período mercantilista era de grande proximidade. A Igreja legitimava regimes absolutistas ao forçar o princípio de que o poder do Rei era de ordem divina, ou seja, emanado por Deus.

Em Portugal, uma das Monarquias mais católicas, diversos tratados e Decretos iniciam os textos mencionando “Em nome da Indivisível e Santíssima Trindade”. É importante ser lembrado também que a Igreja legitimou a exploração dos índios e dos negros na América por ser em nome da fé cristã, reforçando assim a relevância que a igreja tinha justificar os governos monárquicos.

Os Estados soberanos do continente europeu, no período em que Dom João governava, se encontravam em um momento de crise dos regimes absolutistas. A Revolução Burguesa, que teve embrião na França, já tomava conta de praticamente todo o continente. Napoleão Bonaparte, junto ao seu exército, estava destronando todos os reis e já seguiam rumo ao reino de Portugal. O Regente, para manter a Dinastia de Bragança no trono em Portugal e território ultramar, fez a transposição de toda a corte portuguesa para o Brasil.

A sociedade de ordens portuguesa pôde continuar existindo com soberania e sem alteração de sua estrutura. O Brasil se tornou sede do reino e Portugal manteve

o governo monárquico. A Abertura dos Portos, em 1808, deu fim ao pacto colonial mudando o sistema mercantilista português, pois o Brasil passou a fazer comércio com a Inglaterra, mesmo ainda sendo colônia. Pacto colonial é a exclusividade metropolitana perante suas colônias. Elas devem fornecer matérias-primas e produtos semi-acabados, recebendo em troca produtos manufaturados. No pacto colonial há proibição da colônia em importar e exportar mercadorias para outros países.

Seu desenvolvimento do sistema colonial ocorreu na América durante os séculos XVI e XVIII. Este é atrelado às grandes navegações e para o funcionamento obedece os princípios mercantilistas. O objetivo deste sistema é o enriquecimento da Burguesia Comercial, nova classe social que surgira naquele momento. O enriquecimento desta burguesia era feito através do Estado, que utilizava doutrinas como o monopólio, protecionismo e o comércio triangular.

Em Portugal dos quatrocentos existia um grupo de comerciantes que aos poucos foram se aperfeiçoando no comércio até conseguir uma entrada no setor político, fazendo alianças com a Coroa. É importante ressaltar que este grupo ainda não era uma classe social definida com projeto acabado para o desenvolvimento do capitalismo comercial (SIQUEIRA, 2009). Com a conquista de territórios além-mar, eles se beneficiaram ao praticar o Comércio Triangular. Este foi um tipo de relação, consistia na troca de mercadorias entre três macros regiões: Europa, América e África.

O Brasil foi inserido oficialmente ao Sistema Colonial português em 1530, com a III Carta Régia de Martim Afonso de Souza, para Dom João III, o rei de Portugal. Até então estas terras eram ociosas e pouco exploradas pela Coroa. Para Portugal não correr o risco de perder este território por invasões de outros reinos, Dom João III decidiu ocupá-las utilizando o regime Sesmarial, já utilizado em Portugal na formação de seu reino.

Sesmarias: Nome dado aos lotes de terra abandonados que os reis de Portugal cediam a novos povoadores para praticar a agricultura. D. João III iniciou este sistema no século XVI. Deu origem aos grandes lotes de terra, ou latifúndios em Portugal. a légua de sesmaria equivale a 3.000 braças, ou 6.600 metros.(O GRANDE DICIONÁRIO HOUAISS DA LÍNGUA PORTUGUESA. Disponível em: <http://goo.gl/Zzwndl>)

Foram formadas concessões para particulares, sob a condição de serem aproveitadas em no máximo 5 anos. Caso contrário a Coroa tomava de volta o território

e concederia para outro. Os donatários eram sesmeiros de suas terras, ou seja, tinham direito de ocupar o solo, povoá-lo, explorá-lo, mas não eram donos, portanto era proibida a venda da terra ou dividi-la. Por ser um território de mata virgem, a primeira etapa de exploração foi a extração e comércio de pau-brasil. A Burguesia Comercial se beneficiou muito deste regime.

O regime jurídico de propriedade transplantado para a colônia por D.João III teve como fundamento o regime de concessão de sesmarias, que foi considerado por alguns historiadores como uma forma de inserção na dinâmica mercantil europeia, o que implicou na evolução de simples entreposto de pau-brasil para o de entreposto açucareiro. Um Sistema mais complexo, que demandou um aparato econômico que atendesse aos propósitos mercantis. (REHEM, 2010, p.84).

A concessão das sesmarias permitiu a colonização do território brasileiro, a partir de então Brasil estava inserido no sistema Colonial Mercantil. A Colônia deveria destinar para a metrópole, metais preciosos e matérias primas, com o objetivo de acúmulo de riqueza para a Coroa. Esta era a dinâmica do Pacto Colonial. O termo não deveria ser pacto, pois dá a ideia de ser um acordo fechado pelas duas partes, o que não acontece quando se fala no sentido mercantilista (REHEM, 2010). O Pacto Colonial era proveniente do monopólio comercial da Metrópole sobre a colônia, que dentro deste sistema era submissa. A discussão vai de acordo, pois no período colonial Brasil deveria apenas atender as necessidades da coroa lusitana.

Eis as peças do antigo sistema colonial: a dominação política, o comércio exclusivo e trabalho compulsório. Desta maneira é promovida a acumulação de capital no centro do sistema. Mas, ao promovê-la, criam-se ao mesmo tempo as condições para o desenvolvimento do capitalismo, isto é, advento da Revolução Industrial. O sistema colonial engendrava sua própria crise, pois o surgimento do capitalismo irá se tornar pouco a pouco incompatível com o comércio exclusivo, com a escravidão e com a dominação política, enfim, com o antigo sistema colonial. As independências das colônias na América, tanto portuguesa, quanto hispânicas, serão resultado da crise deste sistema, que parece ser o mecanismo de base que lastreia o fenômeno da separação das colônias (MALERBA, 2005). Trata-se, antes de tudo, de inserir o movimento de Independência no quadro da crise geral do colonialismo mercantilista.

No Brasil eram extraídas as matérias primas (pau-brasil e posteriormente cana-de-açúcar eram o monopólio português) para Portugal. A colônia possuía a exclusividade para vender os produtos manufaturados para a metrópole. Este fluxo

favorece apenas Portugal, pois retirava a matéria prima por um custo muito baixo, e vendia seus produtos com maior valor agregado para a colônia. O Sistema das Capitâneas hereditárias fracassou e os motivos apontados são:

1) a enorme distancia entre as Capitâneas e a metrópole; 2) o desinteresse de vários donatários, que pode não possuírem recursos suficientes, nem chegaram a tomar posse de suas terras, bem como; 3) a falta de recursos que garantissem investimentos e o desenvolvimento colonizador, e ; 4) os constantes ataques dos silvícolas, além dos ataques dos corsários estrangeiros. (REHEM, 2010, p.93).

A Metrópole não possuía recursos suficientes para manter por muito tempo desenvolvimento das Capitâneas, assim Dom João III decidiu instaurar o Governo Geral, centralizando ainda mais os poderes nas mãos da Coroa. Os capitães donatários se tornaram submissos ao Governo Geral. No ano de 1548 foi lavrado o Regimento do Governo Geral. Este documento pode ser considerado a primeira “carta magna” do Brasil e a primeira “Constituição”, afinal ela contribuiu a unificação territorial e jurisdicional (REHEM, 2010). Devido à enorme extensão territorial do Brasil Colonial, problemas no regime Sesmarial começaram a surgir. O regimento fez com que favorecessem grandes extensões de terra para uma única pessoa, o que até hoje continua sendo um aspecto da estrutura agrária nacional, causa principal do latifúndio. Em comparação este tipo de Regimento não houve em relação com as colônias hispânicas

O Regime das capitâneas foi em princípio caracteristicamente feudal, pois Portugal ao implantar o sistema de Sesmarias acabou por repetir o processo de unificação do reino português em território ultramarino. Os donatários das terras possuíam um direito eminente, quase soberano sobre todo o território da capitania. (PRADO JR. 2012). Este direito se expressava através de vários tributos: a redizima dos frutos; a dízima do quinto, pago à Coroa, do ouro e das pedras preciosas; o monopólio das marinhas, moendas de águas e quaisquer outros engenhos; e por fim o provimento dos ofícios e cargos públicos da capitania.

Em 1580 houve a unificação das monarquias de Portugal e Espanha, a União Ibérica. Esta união fez com que houvesse uma mudança em relação à administração das colônias americanas. O Tratado de Tordesilhas deixou de fazer sentido, uma vez que os reinos estavam unidos. Com a dissolução da União Ibérica, já no reinado de Dom João IV (1640-1656), a nova dinastia teve por missão restaurar o combalido

império, sobretudo de partes das possessões perdidas para os Países Baixos, a defesa das fronteiras e a legitimidade da nova dinastia.

Diante deste novo cenário de instabilidade política, somado ao agravamento do déficit orçamentário, a coroa Portuguesa iniciou um processo de centralização da administração do poder régio, que perdurou até o século XVIII com a cobrança de um foro instituído pela Carta Régia de 27 de dezembro de 1695. Já em 1640, a Dinastia de Bragança (ou Casa de Bragança) irá se tornar soberana em todos os domínios portugueses. Para que Portugal mantivesse o *status quo*, Dom João em 1807, ainda como Príncipe Regente, no lugar de sua mãe, a Rainha Maria I, irá transferir a Família Real e toda a Corte para o território português da América, mudando a sede do Reino, de Lisboa para o Rio de Janeiro em 1808.

2.2 Política Externa

O conceito de Política Externa na academia muitas vezes é confundido com Relações Internacionais, o que de fato não está totalmente errado. Relações Internacionais é área de estudo focalizada na interação entre Estados, mas também entre instituições Internacionais, com o objetivo de buscar satisfazer os interesses de um Estado. A relação entre Política Externa e Identidade Nacional é que a primeira existe para defender os interesses da segunda, ou seja, os interesses de um país no plano internacional (LAFER, 2001). A Política Externa precisa identificar quais são estes interesses e quais são as especificidades do país, diferenciando este dos demais atores internacionais.

Para ser feita análise de uma Política Externa, é preciso se ater em duas questões: quem a formula e de que forma ela se articula à política interna (VISENTINI, 2007). Durante o período colonial e a elevação da categoria do Brasil ao Reino Unido de Portugal, a Política Externa era formulada por portugueses e para Portugal. A forma de articulação dela à política interna era de defender os interesses comerciais e econômicos do Reino. Somente a partir de 1822, com a independência do Brasil, que a Política Externa pode ser articulada para a própria nação.

Para iniciar o estudo a respeito da Política Externa é preciso ter ênfase no papel do Estado como ator preponderante no sistema internacional, sem deixar de considerar a internacionalização das variáveis. No caso da Política Externa Brasileira, é preciso antes entender como foi a formação e inserção política

portuguesa no Continente europeu, pois este país deteve controle sobre o território brasileiro até 1822.

Os elementos da Política Externa Portuguesa ajudam a compreender as primeiras características da Política Externa Brasileira. Portugal firmou com a Inglaterra em 1386 o Tratado de Windsor, uma aliança diplomática onde os Ingleses, após lutarem a favor da Casa de Avis, renovaram a aliança Anglo-Portuguesa que havia sido estabelecida em 1373. Este tratado fez com que a Grã-Bretanha se tornasse a parceira comercial favorecida de Portugal durante séculos, e exercendo hegemonia britânica sobre o reino lusitano.

O Brasil como uma expressão de sociedade teve origem no século XV-XVI, período das grandes navegações e expansão europeia. O Tratado de Tordesilhas, em 1494, é considerado o primeiro marco de Política Externa que o Brasil teve, antes mesmo da existência real do território (VISENTINI, 2007). É importante ressaltar que ainda não era possível dizer que havia uma Política Externa genuinamente brasileira. Tordesilhas atendia os interesses da Coroa Portuguesa, pois esta Monarquia controlava o território brasileiro. Oficialmente a Política Externa Brasileira só pode ser considerada a partir de 1822, com a Independência do Brasil, mas o período anterior (1808-1822) possui grande importância para compreender melhor a formação da Política Externa Brasileira (SILVA, 2009).

Antes da independência do Brasil, Portugal detinha monopólio sobre o comércio brasileiro, mas a Política Externa Joanina apresentava uma relação de aliança submissa com a Grã-Bretanha. Para Portugal era feita a pilhagem de metais preciosos do Brasil, e ao mesmo tempo comprava produtos industrializados e manufaturados ingleses. O exclusivo colonial fazia com que Portugal repassasse para a colônia os produtos que foram importados da Inglaterra. Nota-se que desta maneira o Brasil também era refém da hegemonia britânica. Putnam explica esta relação como sendo a lógica dos jogos de dois níveis:

A luta política de várias negociações internacionais pode ser utilmente concebida como um jogo de dois níveis. No nível nacional, os grupos domésticos perseguem seu interesse pressionando o governo a adotar políticas favoráveis a seus interesses e os políticos buscam o poder constituindo coalizões entre esses grupos. No nível internacional, os governos nacionais buscam maximizar suas próprias habilidades de satisfazer as pressões domésticas, enquanto minimizam as consequências adversas das evoluções externas. Nenhum dos dois jogos pode ser ignorado pelos tomadores de

decisão, pois seus países permanecem ao mesmo tempo interdependentes e soberanos. (PUTNAN, 1988 p.).¹

A lógica dos jogos de dois níveis explica esta relação. Tanto no âmbito doméstico quanto no internacional há uma complexidade de atores de influenciam as tomadas de decisões. De modo geral não há como saber exatamente qual dos níveis interfere mais no outro para o resultado final, pois há uma interferência mútua. A elite portuguesa ao possuía controle sobre o comércio brasileiro em âmbito doméstico, mas em âmbito externo era dependente das importações britânicas. Outra interferência externa foi a ascensão napoleônica, sujeito importante que influenciou a decisão final de transferência da Corte portuguesa.

Mesmo após a Independência do Brasil, o país continuava comercialmente dependente de uma potência, mas desta vez era diretamente com a Inglaterra, que desde a Abertura dos Portos em 1808 passou a ter direito privilegiado no comércio do Atlântico. No âmbito do continente americano, o Brasil necessitava concluir os conflitos políticos referentes as demarcações de fronteira, expandindo na região do rio da Prata, e se fechando na região da Amazônia.

No âmbito interno, o Brasil Colonial era igualmente dependente das decisões políticas da coroa portuguesa. No que tange a política interna é preciso analisar como a supremacia portuguesa se expressava em território brasileiro: dilatar a fé cristã (catolicismo); fortalecer o Império; e promover o comércio (Sistema Mercantil).

A igreja era uma das instituições de maior influência sobre o cotidiano das pessoas no Brasil colonial, e também desempenhou um papel importante no processo de colonização, pois legitimava o comércio de escravos e exploração dos indígenas como meios de propagação da fé para raças pagãs. Neste período o Império Lusitano possuía fragilidade econômica. Esta monarquia estava sendo constantemente ameaçada pelos seus vizinhos.

Esta política tinha uma fase dependente, submissa perante a Inglaterra, e uma outra face em que aquele mesmo Brasil Monárquico se apresentava dominante, hegemônico perante as questões do Prata. Estas duas faces se integram porque é impossível compreender a política platina do império brasileiro, sem articulá-la à política em relação as potências europeias. (SILVA, 1990, p.17).

¹ Texto original: The politics os many international negotiations can usefull be conceived as a two-lever game. At the national level, domestic groups purse their interests by pressuring the government to adopt favorable polices, and politicians seeek power by constructing coalitions among those groups. At the internacional leve, national governments seek to maximize their own ability to satisfy domestic pressures, while minimizing the adverse consequences of foreign developments. Neither os the two games can be ignores by central decidion-makers, so long as their contries remain interdependente, yet sovereign.

Somente a partir da Independência do Brasil, a Política Externa Brasileira pode ser construída. Dom Pedro I proclamou a emancipação política do Brasil, tornando a nação em Monarquia Constitucional. É possível perceber que os dois períodos distintos, Brasil colonial e Brasil independente, possuem características em comum. A presente pesquisa busca analisar os elementos de Política destes dois momentos, visando encontrar semelhanças e diferenças.

3 Período Joanino (1808 – 1821)

O Período Joanino no Brasil corresponde aos anos de 1808 até 1821, época em que o Príncipe Regente Dom João², futuro Rei Dom João VI permaneceu no Brasil regendo o Império Lusitano. O presente capítulo almeja expor as principais mudanças políticas que ocorreram neste período, analisando a conjuntura interna e externa que o governo sofrera. Para que se possa compreender a importância do período Joanino na formação política do Brasil, o capítulo irá, primeiro apresentar a situação política e econômica do Império Lusitano no início do século XIX, para entender quais fatores que levaram a transferência da Coroa Portuguesa para o Brasil colonial. Em sequência o capítulo apresentará as mudanças no Brasil do período Joanino e na Política Externa.

3.1 A situação política e econômica do Império Lusitano

Ao falar de Império Lusitano, é preciso ter em mente que se refere ao Reino de Portugal e Algarves e suas colônias além-mar tanto na África quanto na América. Fatores internos explicam em parte o que levou o Príncipe Regente de Portugal a transferir sua Corte para o Brasil, por isso é necessário entender como estava este império econômica e politicamente às vésperas da transferência.

Em 1703 foi assinado o Tratado de Methuen entre Portugal e Grã-Bretanha, também conhecido como Tratado dos Panos e Vinhos, que consistia em um acordo entre os dois impérios na importação de produtos têxteis britânicos por parte de Portugal e, em contrapartida, a compra de vinhos portugueses por parte da Grã-Bretanha. Os vinhos portugueses passaram a entrar no mercado britânico com a redução de um terço do imposto pago em relação aos vinhos franceses, e os tecidos ingleses tiveram a retirada do embargo de importação para Portugal. É importante ressaltar que neste período apenas a Inglaterra possuía um verdadeiro parque industrial, o que dinamizava muito mais a economia britânica quando comparada com a economia portuguesa.

² O título Dom João remete ao período Regencial, quando a rainha, Dona Maria I, se encontrava impossibilitada de governar. Somente em 1818, dois anos após a morte da rainha, o Regente foi coroado sob o título Dom João VI, Rei do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves.

O tratado de Methuen destruiu o começo de indústria que a coroa portuguesa possuía na época, pois foi assinado ao término de um período de grandes dificuldades econômicas para Portugal (FURTADO, 2006). O Brasil colônia apresentava decadência na exportação de cana-de-açúcar e as indústrias manufatureiras de Portugal estavam sendo impulsionadas. O consumo de tecidos é superior ao de vinhos, o que acarretou em uma situação desfavorável na balança comercial portuguesa.

As contribuições do Brasil para Portugal na década de 1760 correspondiam ao valor aproximado de 5 milhões de libras e, mesmo no final do século com a crise do açúcar e a crise do ouro e diamante, o Brasil ainda possuía sua riqueza estimada em 16 milhões de libras, hoje correspondente a 100 milhões de dólares (Furtado, 2006). A colônia americana possuía grande importância econômica para o reino, Portugal não teve prejuízo comercial porque o déficit era compensado pela pilhagem de metais de Vila Rica, hoje a cidade de Ouro Preto-MG.

O comércio colonial preenchia, para o Portugal de então, quatro funções econômicas: 1) abastecia o país de produtos coloniais e de matérias-primas; 2) abria mercado para alguns produtos portugueses; 3) animava a troca entre as próprias colônias; e 4) oferecia boa base para a reexportação de produtos coloniais a outras nações e de produtos estrangeiros para ultramar. (MAGALHAES e CERVO, 2000, p.67).

O que sustentava a economia portuguesa era o Sistema Mercantil com suas colônias na América e na África. Nas colônias africanas os negros também eram considerados mercadoria e eram levados para o Brasil para trabalhar nas lavouras, engenho e minas como mão de obra escrava. O Brasil era a colônia que trazia mais riqueza, pois além da pilhagem do ouro nas minas, Portugal se beneficiava com a exportação do Pau-brasil e a cana de açúcar. Este circuito entre Portugal, colônias africanas e Brasil ficou conhecido como comércio colonial triangular.

O Rio de Janeiro, em particular convertera-se em ponto estratégico da economia do Atlântico Sul e do comércio colonial português. Os navios deixavam Portugal com sentido a Angola ou ao Rio de Janeiro, carregados de manufaturas europeias e especiarias orientais. A África exportava escravos, marfim e cera; o Brasil seus produtos tropicais. A média anual de navios chegava a 30 entre o Rio de Janeiro e Lisboa, 20 entre o Rio de Janeiro e a África. (MAGALHAES e CERVO, 2000, p.66).

Portugal no século XVIII possuía poucas indústrias, então a maioria dos produtos do reino, por serem manufaturados, tinham um custo mais elevado e a produção era feita em pequena escala. A importação dos produtos ingleses se tornava mais vantajosa do que fabricar internamente. O Brasil dentro do contexto Mercantilista era proibido de ter indústrias, portanto todos os produtos industrializados consumidos na colônia também eram de origem europeia, na maioria das vezes britânica, importadas através de Portugal.

Entre 1796 e 1806- ano anterior à invasão francesa de Portugal-, a produção nacional portuguesa representava apenas $\frac{1}{4}$ das exportações portuguesas para outras nações e menos da metade das que se destinavam ao Brasil, ao passo que os produtos originários do Brasil representavam 60% das primeiras. [...] O Brasil absorvia mais de 90% das exportações portuguesas de manufaturados, tecidos, chapéus, ferragens, entre outras. (MAGALHAES, José; CERVO, Amado. 2000. 15p.).

O mercado interno brasileiro no período colonial era limitadíssimo, não só pela questão da população colonial, que era constituída em grande parte por escravos, semiescravos negros, índios e mestiços, mas também possuía uma dificuldade de comunicação entre as regiões (PRADO JR, 2012). A estrutura logística colonial era precária, segregando as populações umas das outras. Este fator dificultava o desenvolvimento de uma economia interna do Brasil.

As grandes propriedades rurais conseguiam produzir quase tudo que era necessário para o próprio consumo, especialmente quando se tratava de produtos agrícolas, pouco se dependia do exterior e os industrializados não possuíam grande necessidade no mercado interno. É preciso compreender que grande parte da população era escrava, portanto não possuíam renda. O consumo de produtos industrializados era baixo. Neste contexto o Brasil se encaixava muito bem dentro do Sistema Mercantilista para Portugal.

O Brasil entre o final do século XVIII e início do século XIX passava por revoltas regionais que iam contra o governo português. Estas ondas vieram refletir movimentos anticoloniais e pró-independentes. A Inconfidência Mineira em 1789 e a Conjuração dos Alfaiates de 1798 eram um reflexo da onda revolucionária que percorria o ocidente (CERVO, 2000). Ambas as revoltas possuíam caráter parecido: a luta pelo fim da dominação portuguesa e foram inspiradas no movimento Iluminista do século XVIII. Foram revoltas regionais, que não almejavam a libertação de toda a colônia brasileira. Mesmo assim a coroa portuguesa naturalmente estava atenta a

estes movimentos, pois a ameaça de perder o controle sobre o Brasil abalaria gravemente a economia.

3.2 Os fatores externos

Fatores externos determinaram a escolha do Príncipe Regente Dom João em transferir a família real para o Brasil. O sistema mundial, no final do século XVIII e início do século XIX, estava passando por mudanças filosóficas e políticas. O movimento iluminista veio ganhar espaço no cenário internacional com a ascensão do general Napoleão Bonaparte. A Revolução Francesa, a Independência das Colônias Britânicas, as guerras napoleônicas e a supremacia inglesa foram fatores externos importantes para explicar as decisões de Política Externa do Príncipe Regente. Este subcapítulo irá expor como estava configurado o Sistema Internacional as vésperas da vinda da Corte Portuguesa para o Brasil, para assim entender a Política Externa Portuguesa no período.

O Iluminismo foi um movimento intelectual que surgiu na Europa do século XVIII. É caracterizado pela centralidade da ciência e da racionalidade crítica no questionamento filosófico no lugar da fé. Até o presente momento a igreja era o principal instrumento formador de opinião e dava respaldo aos governos absolutistas. Filósofos e cientistas, apoiados pela burguesia que ascendia, expandiam os conceitos iluministas por todo o continente. Governos monárquicos europeus eram sustentados pela fé cristã, na qual legitimava ao monarca o poder absoluto. Com a disseminação dos ideais dos iluministas, o poder absoluto dos reis passou a ser questionado.

O Continente europeu, na virada do século XVIII e XIX, passou por transformações políticas que afetaram diretamente o reino português. Como dito anteriormente, o ideal iluminista já estava deflagrado na Europa moderna, o ponto ápice a ser destacado é a Revolução Francesa (1789-1799). O movimento Iluminista coloca em cheque princípios monárquicos, que serão fortemente combatidos nas guerras napoleônicas.

Napoleão Bonaparte, se baseando nos princípios da Filosofia das Luzes³ e com o objetivo de transformar a França na maior potência da Europa, travou guerras

³ Filosofia das Luzes é o sinônimo para o Iluminismo, movimento de valorização da Razão para guiar a humanidade. Disponível: <http://goo.gl/zjsxXO>.

contra regimes absolutistas do continente. Em 1799, Napoleão Bonaparte chegou ao poder como 1º Consul e, em 1804 se proclamou Imperador da França. A partir de então foi dado início as Guerras Napoleônicas, colocando abaixo monarquias e regimes absolutistas do continente.

Não conseguindo ainda combater a hegemonia britânica, Bonaparte decretou o Bloqueio Continental no dia 26 de novembro de 1806. O Decreto consistia na proibição do comércio por parte todos os países do continente com a Grã-Bretanha, correndo o risco de ataque por parte das tropas francesas. Vale lembrar que a Inglaterra era o único país até então realmente industrializado.

Com a Europa em Guerra, Portugal importava como aliado estratégico aos ingleses, sendo uma base terrestre e naval a serviço de seu aliado. Os portugueses, entre o Leão Britânico e a Águia Napoleônica encontravam-se em um dilema: aliar-se à França significaria isolar-se de seu Império Colonial e arriscar-se à mesma sorte da Espanha (cujo Monarca fora suplantado pelo irmão do Imperador francês); aliar-se à Inglaterra significaria garantir seu Império, mas sacrificar seu território europeu. (PINTO, 1973, p.130).

O exército de Napoleão já havia conquistado quase toda Europa em 1807, mas na Península Ibérica ainda faltava Portugal. Este aliado secular dos ingleses precisava decretar seu posicionamento: se era a favor do Bloqueio Continental, ou se entraria em combate contra a França, em favor da Grã-Bretanha. O Imperador francês negociou com a Espanha a partilha do Império lusitano incluindo os territórios ultramarinos, assinando no dia 27 de outubro de 1807 o Tratado de Fontainebleau, dando início à marcha para invasão do Reino. Se o Regente não saísse, teria que receber os invasores, em apoio ou combate. Em ambos os casos o destino estava previamente definido, pois a resistência não era possível e a Casa de Bragança poderia chegar ao fim. No que tange a Política Externa Portuguesa ela sempre buscou manter neutralidade na relação com seus vizinhos, pois o reino não possuía armamentos suficientes para coagir seus inimigos, que eram potências de maior poder bélico. Dom João tentou até o último momento não se envolver na questão política entre a França e a Inglaterra.

Debalde, porém, se mandaram milhões em dinheiro, em ouro em barra, em diamantes (os diamantes, que Lannes, o embaixador de Napoleão em Lisboa, recebia as mãos cheias do Regente) para conseguir o reconhecimento da nossa neutralidade. (EÇA, 1908. p.60).

A Inglaterra na segunda metade do século XVIII passou pelo início da Revolução Industrial. Revoluções tecnológicas que mudaram o modo de produção no campo e na cidade, facilitando e aumentando a quantidade de produtos para comercialização. A invenção da máquina a vapor fez com que a Grã-Bretanha pudesse se destacar no continente, pois já conseguia produzir em maior escala e seus produtos que se tornavam mais baratos e competitivos. Empresários burgueses passaram a investir na instalação de indústrias e a burguesia ascendeu como nova classe dominante. A Inglaterra no século XIX se destacou como hegemonia mundial, pois o Liberalismo Econômico, ligado ao sucesso da Revolução Industrial, deu-lhe o monopólio na comercialização dos produtos industriais com as outras nações europeias.

A Independência das Treze Colônias Inglesas, ou Revolução Americana, também foi um fator externo que fez pressão na decisão do Príncipe Regente Dom João. As colônias Britânicas tiveram influência do movimento iluminista europeu, na qual se apresentavam contrárias ao monopólio da metrópole. Este primeiro movimento, de independência no continente americano, poderia se tornar um modelo na colônia portuguesa. O Iluminismo, o Liberalismo, a Revolução Industrial, Francesa e Americana foram movimentos burgueses que se mostravam contrários ao regime Absolutista.

3.3 A transferência da Corte Portuguesa e as mudanças internas no Brasil

A primeira proposta de transferência da Corte Portuguesa para o Brasil foi em 1803, feita pelo Ministro do Estado de Portugal, Rodrigo de Souza Coutinho. Ele acreditava que era o único modo de salvação da Monarquia Portuguesa, pois a ascensão de Napoleão Bonaparte já crescia na Europa. Dom João buscou a neutralidade na questão da guerra até o ponto máximo que pode. A proposta da transferência ressurgiu em 1807, quando Portugal recebeu o ultimato de fechar os portos à Inglaterra. Caso contrário o reino seria invadido e ocupado pelo exército franco-espanhol. No dia 22 de outubro de 1807 Portugal e Grã-Bretanha assinaram o tratado secreto a respeito da transferência da corte portuguesa para o Brasil. O documento foi assinado em Londres e ratificado em Lisboa. Ele assegurava a proteção inglesa à coroa portuguesa durante o cruzamento do Atlântico, em troca Portugal se comprometia em dar vantagens comerciais para a Coroa britânica.

Em 22 de Outubro de 1807 é assinada em Londres a Convenção Secreta entre Portugal e Inglaterra sobre a transferência para o Brasil da Monarquia Portuguesa e sobre a ocupação da Ilha da Madeira por tropas inglesas. Esta Convenção, ratificada por Portugal em 8 de Novembro, previa ainda a negociação de um tratado de comércio e caso fossem fechados os portos portugueses seria estabelecido um porto na Ilha de Santa Catarina (Brasil), onde seriam livremente importadas mercadorias inglesas de barcos ingleses, sob o pagamento dos mesmos direitos que pagavam em Portugal. (INSTITUTO DIPLOMÁTICO MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS. Relações diplomáticas de Portugal).

A saída da Corte aconteceu no dia 29 de novembro de 1807 e foi escoltada pela Real Marinha Britânica, assim como acordado na Convenção Secreta. Dom João, com a família Real e a Corte portuguesa, no total aproximado de 15 mil pessoas, transferiram a capital para o Brasil como ultima alternativa de salvar o Reino. No continente europeu o governo ficou sob o controle do postulado britânico, o General William Carr Baresford, até a invasão dos franceses que passaram a controlar a antiga metrópole.

Dom João chegou ao Brasil no dia 28 de janeiro de 1808, primeiro na cidade de Salvador, depois seguiu até o Rio de Janeiro, chegando dia 8 de março do mesmo ano. O desembarque na Bahia de Todos os Santos, antiga capital da colônia foi estratégico. A cidade recebera com entusiasmo o Regente, rogando inclusive para que ficasse. Esta presença mostra a importância que o Regente tinha em tentar manter o regime monárquico intacto, pois anos antes a região foi palco de revoltas contra o regime. Dom João na cidade de Salvador fez seu primeiro Decreto no continente, a Abertura dos Portos às Nações Amigas.

A partir de então Dom João buscou fazer alterações estruturais neste território de domínio português, com o intuito de modernização da colônia transformando o Rio de Janeiro em nova metrópole do reino. Das mudanças internas podem ser citadas como as principais: a instalação de sistemas administrativos e jurídicos no Rio de Janeiro, com a criação de tribunais dos Ministérios; a criação do Banco do Brasil; a Lei da Imprensa; a possibilidade de criação de indústrias na colônia; e por fim, os investimentos nas áreas de educação e cultura.

O Brasil passou a receber uma enorme quantidade de imigrantes. A estimativa populacional para o Brasil no início do século XIX era de 3.250.000 de

habitantes⁴. Com a vinda da Corte Portuguesa o fluxo de pessoas aumentou significativamente nos anos seguintes. Vieram comerciantes da África, China, Egito e europeus, principalmente da Inglaterra, para se beneficiarem economicamente deste novo mercado. Até o retorno da família real em 1822 a população brasileira chegou a 4.657.000 habitantes⁵.

O Rio de Janeiro precisou se adaptar rapidamente as mudanças que aconteceram com a chegada da corte portuguesa. Mais de 10 mil casas foram pintadas com as letras “PR”, iniciais de Príncipe Regente, que significava uma ordem de despejo para dar lugar aos recém-chegados da corte. A modificação ocorreu em breves dias e os hábitos dos moradores da nova capital do Reino se transformaram. Em pouco tempo o Rio de Janeiro já se tornava em uma capital europeia.

O Príncipe Regente decretou o Alvará de 10 de maio de 1808, que criou a Casa de Suplicação do Rio de Janeiro, o mais alto tribunal do Reino de Portugal e Algarves, com a mesma alçada da Casa da Suplicação de Lisboa. A partir de então todos os agravos ordinários e apelações do Pará, Maranhão, Ilha dos Açores e da Madeira e da Relação da Bahia, que antes interpunham em Lisboa passaram a ser no Brasil, e lá eram decididos em última instância. Este foi o início da Justiça Nacional brasileira.

O Banco do Brasil foi criado através do Alvará de 12 de outubro de 1808, pelo Príncipe Regente na cidade do Rio de Janeiro. Foi denominado tanto como Banco Nacional quanto como Banco Público pelo seu ato criação. Nem a metrópole, nem a colônia possuíam ainda um banco que fosse controlado pelo Estado. A proposta de criar um banco com aqueles fins já existia em Portugal antes mesmo da vinda da corte para o Brasil. O Regente ao chegar constituiu o banco com o objetivo de ter maior controle nas moedas em circulação na colônia, além de também promover a indústria nacional e auxiliar o Estado a captar os recursos necessários para o financiamento de suas atividades. Com um mercado interno ainda em formação, o Brasil sofria uma escassez de moedas metálicas, que pode ser atribuída também à falta de controle na cobrança de impostos, ao esgotamento das minas e ao aumento das negociações comerciais ocasionadas pela abertura dos portos em 1808.

Outra modificação do governo Joanino no Brasil foi a criação da Lei da Imprensa, um Decreto feito no dia 13 de maio de 1808. A medida inaugurou a

⁴ Estimativas da população IBGE. Disponível em: <http://goo.gl/jtEXWO>

⁵ Estimativas da população IBGE. Disponível em: <http://goo.gl/jtEXWO>

imprensa brasileira com a fundação da Imprensa Régia, que depois passou a se chamar Imprensa Nacional. Vinculado ao governo, foi criado o primeiro periódico brasileiro, denominado “A Gazeta do Rio de Janeiro”. Este tinha a função de divulgar toda a informação oficial emanada do Poder Real. O Regente lia os originais, em português, francês ou inglês e depois a junta administrativa ainda relia todo o material, antes que o mesmo fosse enviado ao prelo (HOHLFELDT, 2008). Apenas mais tarde foram produzidos periódicos pela iniciativa privada. A Idade d’Ouro do Brasil, publicado em 1811 na Bahia, pela tipografia de Manuel Antônio da Silva Serva, foi o primeiro em circulação regular no país. (CARVALHO, 1996). Estes periódicos possuíam um público destinado muito restrito, pois a maioria da população brasileira na época não era alfabetizada.

A atividade editorial, embora incipiente, estava sob o controle do poder real que se instalara na colônia, cujo primeiro ato significativo ocorreu mais tarde, quando o rei Dom João VI deixou o Brasil em 1821. Decretou, no dia 2 de março, a abolição da censura prévia e regulou a liberdade de imprensa até que fosse elaborada uma nova regulamentação. O decreto não terminou com a censura, mas alterou a maneira de exercê-la, sendo aplicada nas provas impressas e não sobre os originais manuscritos.

No âmbito econômico também foi promulgado pelo Regente o Alvará de 1º de abril de 1808. Neste foi estabelecida a liberdade de indústria não só no Brasil, mas em todos os domínios ultramarinos portugueses. O decreto revoga o Alvará de 5 de janeiro de 1785, que proibia o estabelecimento das manufaturas e indústrias em todos os territórios portugueses além-mar. O Objetivo desta medida era a promoção da riqueza nacional portuguesa, melhorando consequentemente a agricultura e fornecendo meios para a subsistência de seus vassallos, assim o protecionismo oficialmente chegou ao fim.

Os investimentos na área da educação e cultura são destacados: a criação do Jardim Botânico no Rio de Janeiro; a criação de escolas de Medicina; da Biblioteca Real; e da Academia Imperial de Belas Artes.

O Jardim Botânico do Rio de Janeiro foi inaugurado em 13 de junho de 1808. Este surgiu de uma decisão do Príncipe Regente em instalar uma fábrica de pólvora para comercialização com o próprio Reino e um jardim para aclimação de espécies vegetais originárias de outras partes do mundo. O Jardim Botânico do Rio de Janeiro

iniciou suas atividades em 1808, inserido nas orientações elaboradas anteriormente em Portugal.

Até a chegada da Corte portuguesa para o Brasil, a colônia não possuía escolas de ensino superior, a filosofia colonial dificultava o ensino superior no Brasil, por considerá-lo ameaça aos interesses da corte. Para que se pudesse estudar era necessário ir para a Universidade de Coimbra em Portugal, desta maneira era feita uma seleção e o aprendizado ficava centralizado na metrópole. Dom João VI ao dar o fim ao pacto colonial também inaugurou a Escola de Anatomia, Medicina e Cirurgia e instalada no Hospital Militar do Morro do Castelo, no dia 5 de novembro de 1808.

Em 1º de abril de 1813, por projeto de Manuel Luís Alvares de Carvalho, foi fundada a Academia Médico-Cirúrgica no Rio de Janeiro. Mesmo após criada a Academia, apenas em 29 de setembro de 1826, por Decreto-Lei de Dom Pedro I, foi autorizada a emissão de diplomas e certificados para os médicos que faziam o curso no Brasil. (FACULDADE DE MEDICINA UFRJ. História. Disponível em: <<http://goo.gl/euNGnk>>.)

A Biblioteca Real Portuguesa, já embalada para o transporte, foi esquecida no cais durante a saída da Corte para o Brasil em 1808 e ficou apreendida pelas tropas francesas. Somente quando o exército de Napoleão deixou Portugal que as caixas com os livros começaram a ser levados para o Rio de Janeiro. O Translado que se estendeu em mais duas levas, até o ano seguinte, chegando completa ao Brasil apenas no ano de 1810.

Inicialmente, o acervo foi depositado no andar superior do Hospital da Ordem Terceira do Carmo, mas sendo essas instalações consideradas inadequadas, foi transferido, atendendo ao disposto no decreto de 29 de outubro de 1810, para as catacumbas do Convento do Carmo. Essa data passou a ser considerada a de fundação da Biblioteca Nacional, que atendia pesquisadores devidamente autorizados pelo príncipe regente. Quatro anos mais tarde, ela seria franqueada ao público em geral. (BIBLIOTECA NACIONAL DIGITAL. Dom Pedro e a Biblioteca Nacional. Disponível em: <http://goo.gl/DQpqv7>).

No Brasil o acervo cresceu, pois recebeu doações, como a da coleção do Frei José Mariano da Conceição Veloso, especializado em Botânica, em 1811. Também foram feitas compras, como a do acervo do jurista Manuel Inácio da Silva Alvarenga em 1815 e da coleção de papéis e gravuras do arquiteto José da Costa e Silva em 1818. Hoje a biblioteca é composta no total de 9 milhões de peças, entre livros,

manuscritos, periódicos, estampas, mapas, partituras, que compõem atualmente seu acervo e fazem da Biblioteca Nacional do Brasil⁶.

Ainda no âmbito de investimentos na área de educação, durante o governo Joanino foi fundada a Academia Imperial de Belas Artes, escola superior de arte. A iniciativa foi desenvolvida pela ala francófila do Conselho de Ministros do Príncipe Regente, representada pelo Conde da Barca. O objetivo da criação desta escola de artes é a formação de profissionais especializados para servirem ao Estado e às indústrias nascentes.

Os anos em que Dom João VI esteve no Brasil geraram transformações irreversíveis para o país, que se acabou se adaptando rapidamente às novas organizações instauradas. O Brasil obteve esta facilidade, pois o período anterior quase não possuía organização governamental. O período Joanino trouxe arcabouços que fizeram mudar o pensamento de importância deste país.

Instituições políticas, militares, jurídicas e administrativas foram implantadas, com seus conselhos e instâncias supremas. A colônia viu-se livre de seus status, ao estenderem-se sobre seu território os comarcas, com seus juizes, ao conceder-se autonomia para sua certas capitâneas, ao proliferarem vilas e cidades de acordo com o crescimento da população. Desenvolvia-se por outro lado, a dimensão cultural do Estado moderno, ao criarem-se escolas régias, colégios, ensino universitário, e a biblioteca real, fundava-se a imprensa, encaminhavam-se as missões científicas. (EÇA, 1908. p.20).

Outro fato de relevância na história do período joanino no Brasil foi a coroação de Dom João. A rainha Maria I faleceu em março de 1816 na cidade do Rio de Janeiro, e em 1818 o Príncipe Regente foi coroado Rei do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, sob o título de Dom João VI. As guerras napoleônicas neste período já haviam sido findadas, mas a Família Real continuava em território ultramarino. Desta forma as deliberações a respeito do reino continuavam sendo exercidas através do Brasil, e o país não obteve alteração em relação a sua dependência política.

A respeito dos conflitos internos contra a monarquia portuguesa no Brasil, é preciso dar destaque na Revolução Pernambucana de 1817. Esta foi a única revolta separatista do período colonial que passou da fase apenas conspiratória e conseguiu a tomada de poder. A elite da Capitania de Pernambuco, apesar de

⁶Dados Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://bndigital.bn.br/exposicoes/dom-joao-vi-e-a-biblioteca-nacional-o-papel-de-um-legado>>.

inspirada por ideais iluministas e das revoluções francesa e americana, não tinha como objetivo a abolição da escravidão e não possuía como princípio a independência de toda colônia. Os principais motivos para a revolução foram a crise econômica regional, o absolutismo monárquico português e os enormes gastos da Família Real no Brasil, pois eram cobrados impostos de todas as províncias para manter a capital do Reino.

O Brasil ainda não possuía uma identidade nacional, o que explica também a dificuldade em conseguir apoio das províncias vizinhas. A cidade de Recife foi tomada no dia 6 de março e o Governo Provisório proclamada a República. As tropas joaninas obtiveram vantagem no contra-ataque por que o movimento emancipacionista ainda não havia se espalhado pela região. O Príncipe Regente enviou tropas da Bahia que avançaram pelo sertão pernambucano, enquanto uma força naval, despachada do Rio de Janeiro, bloqueou o porto e os combatentes entraram no Recife. Ao desembarcarem eles encontraram a cidade abandonada e sem defesa. Logo em seguida o Governo Provisório se rendeu.

A respeito das mudanças de política interna no Governo Joanino é possível compreender que houve transformações significativas para o Brasil colonial. Pela primeira vez o Monarca pisou em território ultramarino, trazendo consigo mudanças estruturais. O Brasil se tornou mais parecido com Portugal e o fomento de progresso enfim surgiu. Estas modificações foram substanciais para a formação da sociedade brasileira, que passou a ter um entendimento de relevância política. O significado de ter o rei morando na colônia é de que o país possuía importância para manutenção do reino de Portugal. Dom João se ateve a estratégias pragmáticas ao entregar mais autonomia para o Brasil.

3.4 A Política Externa Joanina

O presente subcapítulo busca apresentar quais foram os principais atos da Política Externa Joanina, analisando sua relevância na formação da Política Externa Brasileira. De modo geral estas políticas tiveram cunho liberalizante, a fim de favorecer as relações comerciais com a aliada Inglaterra. Liberalizante, pois até a chegada de Dom João, o Brasil era obrigado a respeitar o exclusivo colonial, política protecionista do reino, que não fez mais sentido por que a sede do reino estava no território ultramar. A partir de então o governo viu a necessidade de abrir mercados,

pois Portugal se encontrava sob o controle das tropas francesas, impedindo o comércio brasileiro, assim foram tomadas políticas liberalizantes que serão apresentadas.

A Carta Régia do dia 28 de janeiro de 1808, assinada em Salvador, foi o primeiro ato de uma série de outros que Dom João, primeiro como Príncipe Regente, e posteriormente como Rei do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, fez durante o período em que esteve no Brasil. Os dispositivos da Carta Régia já estavam previstos na Convenção de 1807 com a Grã-Bretanha, tratado que acertou a escolta e transferência da Família Real e da Corte portuguesa para o Brasil:

Que sejam admissíveis nas alfândegas do Brasil todos e quaisquer gêneros, fazendas e mercadorias, transportados ou em navios estrangeiros das potências que se conservam em paz e harmonia com minha Real Coroa, ou em navios dos meus vassallos, pagando por entrada vinte e quatro por cento, a saber, vinte de direitos grossos e quatro de donativo já estabelecido [...] não só os meus vassallos, mas também os sobreditos estrangeiros possam exportar para os portos que lhes parecer a benefício do comércio e agricultura[...] todos e quaisquer gêneros de produção, à exceção do pau-brasil ou outros notoriamente estancados, pagando por saída os mesmos direitos já estabelecidos nas respectivas Capitanias, ficando entretanto em suspenso todas as Leis, Cartas Régias ou outras Ordens que até aqui proibiram neste Estado do Brasil o recíproco comércio e navegação entre meus vassallos e estrangeiros. (CARTA RÉGIA, 28 de janeiro de 1808).

A Abertura dos Portos foi uma estratégia bem articulada que Dom João fez para que Portugal continuasse a ter relações comerciais com as outras nações, em especial com a Inglaterra. Seria impossível realizar o exclusivo colonial com Portugal tomada pelos franceses. O Brasil se beneficiou, pois começou a realizar importações e exportações diretas, mas estas transações comerciais continuaram sendo em nome da Coroa Portuguesa. A Carta Régia colocou em suspensão o Alvará de 1785, pondo fim ao Sistema Colonial na prática, mas o Brasil não deixou de ser dependente e controlado pelo reino lusitano.

O Decreto de 11 de março de 1808 criou a Secretaria de Negócios Estrangeiros e da Guerra, nomeando Dom Rodrigo de Souza Coutinho como Ministro e Secretário de Estado para Negócios Estrangeiros e da Guerra. Esta secretaria permaneceu em um estado de hibernação durante o período Joanino (CASTRO, 2009). Por ser ainda um departamento rudimentar, com poucos oficiais, não houve muitas funções realizadas por esta secretaria em primeiro momento. Todos os decretos e Tratados a respeito de Negócios Estrangeiros e de Guerra

eram feitos diretamente pelo Regente. Esta secretaria foi o embrião do atual Ministério das Relações Exteriores, o Itamaraty.

No dia 11 de junho de 1808 foi estabelecido o decreto que veio estabelecer novas tarifas alfandegárias para os produtos de origem portuguesa. As mercadorias nacionais, do Reino passaram a serem taxadas com imposto de importação de 16%. A aliada especial Grã-Bretanha também teve redução em seus direitos alfandegários, ficando com a taxa de 15% de impostos. Os outros países continuaram a serem taxados em 24%, deste modo era anulada a concorrência inclusive perante Portugal. A Inglaterra foi a mais beneficiada nestas concessões sem barganhas. Dom João sabia que os artigos impostos pela Grã-Bretanha a respeito do comércio exterior não agradaria os comerciantes tanto portugueses, quanto brasileiros. O Regente relutou em promulgar as determinações, porém a pressão fez com que Portugal fosse obrigado a ceder. A medida de alterar a taxa para 16% veio com o intuito de amenizar os conflitos que surgiam com os comerciantes.

O Tratado de Amizade e Aliança entre Portugal em Grã-Bretanha foi um acordo entre os dois Reinos que versava sobre questões políticas. O reconhecimento por parte da Grã-Bretanha pela continuidade da soberania da Casa de Bragança nos territórios de Reino Português; o documento também oficializa e reitera a garantia de proteção e união de amizade perpétua entre o Príncipe Regente do Reino Unido de Portugal e Algarves e o Rei do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda.

Artigo II[...] As duas Altas Partes Contratantes obrarão sempre de comum acordo para a preservação da paz e tranquilidade, e caso que alguma delas seja ameaçada de um ataque hostil por qualquer potência, a outra empregará os mais eficazes e efetivos dos ofícios, tanto para procurar prevenir as hostilidades, como para obter ajuda completa e satisfação em favor da parte ofendida. (TRATADO DE ALIANÇA E AMIZADE ENTRE PORTUGAL E GRÃ BRETANHA, 19 de fevereiro de 1810).

Dentro de diversos de seus artigos, o tratado apresenta acordos que se mostraram terem sido imposições britânicas sobre Portugal, como por exemplo, o Artigo VI que concede privilégios à Grã-Bretanha na compra e extração de madeiras em território brasileiro e no artigo IX em que Dom João declara a não implantação de inquisição no Brasil. O Tratado de Paz Aliança e Amizade deveria versar apenas assuntos de interesses entre potências, assuntos de Política Externa, entretanto questões como a inquisição, que é um tema interno do governo português foi

discutido. Este tema fez parte do tratado por que Grã Bretanha possuía interesse também.

Artigo VI. Há por bem conceder à Sua Majestade Britânica o privilégio de fazer comprar e cortar madeiras para a construção de navios de guerra, nos bosques, florestas e matas do Brasil excetuando florestas Reais que são para uso da Marinha Portuguesa [...]. E expressamente se declara e promete que estes privilégios não são concedidos a nenhuma outra Nação ou Estado, seja qual for[...]. (TRATADO DE ALIANÇA E AMIZADE ENTRE PORTUGAL E GRÃ BRETANHA, 19 de fevereiro de 1810).

A convenção apresenta também um artigo que trata a respeito do processo de abolição da escravidão em domínios portugueses. Esta é uma vontade inglesa que começa a ser discutida pela primeira vez com Portugal, outros documentos entre os dois Reinos voltarão gradativamente a discutir este assunto. A Grã-Bretanha deixa claro seu posicionamento liberal, onde a escravidão e o exclusivo colonial prejudicam este tipo de política. Portugal por sua vez acata todas as orientações inglesas:

Artigo X. Sua Alteza Real o Príncipe Regente de Portugal, estando plenamente convencido da injustiça e má política do comércio de escravos e da grande desvantagem que nasce da necessidade de introduzir e continuamente renovar uma estranha e fictícia população para entreter o trabalho e indústria nos seus domínios no Sul da América, tem resolvido de cooperar com Sua Majestade Britânica na causa da humanidade e justiça, adotando os mais eficazes meios para conseguir em toda extensão dos seus domínios uma gradual abolição do comércio de escravos (TRATADO DE ALIANÇA E AMIZADE ENTRE PORTUGAL E GRÃ BRETANHA, 19 de fevereiro de 1810).

Outro acordo assinado entre Portugal e Grã-Bretanha no mesmo momento foi o Tratado de Comércio e Navegação. Este apresenta questões comerciais e econômicas. Devido ao fato do ponto de trocas comerciais entre os dois reinos ter sido mudado de Lisboa para o Rio de Janeiro, se fez necessária uma nova convenção. Seguem abaixo alguns pontos principais a respeito deste acordo:

Artigo II. Haverá recíproca liberdade de comércio entre os respectivos vassallos das duas Altas Partes Contratantes em todos e em cada um dos territórios, e domínios de qualquer delas. Eles poderão negociar, viajar, residir ou estabelecer-se em todos e cada um dos portos[...] ou lugares quaisquer que forem pertencentes a uma ou outra das duas Altas Partes Contratantes; [...] Artigo III. Os vassallos dos dois soberanos não pagarão respectivamente nos portos, baías, enseadas ou lugares que forem pertencentes aqueles deles, direitos, tributos ou impostos maiores do que aqueles que pagam [...]. E os vassallos de qualquer uma das Altas Partes Contratantes gozarão nos domínios da outra os mesmos direitos, privilégios, liberdades, favores, imunidades [...]. Artigo V. As duas Altas Partes Contratantes igualmente convêm, e concordam que os gêneros e mercadorias, vindas respectivamente

dos portos de qualquer delas, pagarão os mesmos direitos[...] Artigo VI. O mútuo comércio e navegação dos vassallos de Portugal e da Grã-Bretanha , respectivamente nos portos e mares da Ásia são expressamente permitidos no mesmo grau[...] (TRATADO DE COMÉRCIO E NAVEGAÇÃO ENTRE PORTUGAL E GRÃ BRETANHA. 19 de fevereiro de 1810).

É possível perceber que o Tratado de Comércio e Navegação acaba sendo restrito à Inglaterra, pois se criam obstáculos às relações comerciais com outros países, pois não terão este privilégio. Apesar da abertura à possibilidade de manufaturas no Brasil desde 1808, este Tratado consegue dificultar o desenvolvimento delas, pois com a tarifa mais baixa dos produtos ingleses, tornava mais vantajosa a importação, ao invés de produção nacional. A proposta de igualdade presente neste tratado, na prática acaba dando vantagens à Inglaterra. Os produtos ingleses por serem industrializados tem o custo de produção menor, e no final faz com que chegue ao Brasil com o preço mais acessível do que se fosse produzido no território brasileiro.

Artigo X. Sua Alteza Real o Príncipe Regente de Portugal desejando proteger e facilitar os seus domínios o comércio dos vassallos da Grã-Bretanha há por bem conceder-lhes privilégio de nomearem, e terem magistrados especiais para obrarem, em seu favor como juizes conservadores [...]. (TRATADO DE COMÉRCIO E NAVEGAÇÃO ENTRE PORTUGAL E GRÃ BRETANHA. 19 de fevereiro de 1810).

Este artigo do Tratado de Comércio e Navegação apresenta o controle inglês sobre o Reino de Portugal. A Grã-Bretanha consegue na prática ter a possibilidade gerir determinados assuntos comerciais que envolvam vassallos de sua coroa. Os Ingleses ganham o direito de extraterritorialidade permitindo aos súditos ingleses em domínios portugueses serem julgados por juizes ingleses. Parte da soberania portuguesa é ferida e acaba sendo entregue a coroa britânica.

Mesmo após a vinda da Corte portuguesa para o continente americano, as desavenças com os vizinhos europeus continuavam a existir, mas desta vez nos territórios ultramarinos, gerando conflitos no Rio da Prata e na Colônia de Caiena e Guiana. A Primeira Intervenção no Rio da Prata aconteceu em 1812, fechando o Acordo com Buenos Aires:

Artigo I. O Governo das Províncias Unidas porá imediatamente em liberdade todos os vassallos portugueses que, em virtude da proclamação publicada em Buenos Aires foram removidos para o deposito de Lujan, e levantará o embargo que se tenha posto nas propriedades portuguesas, de qualquer dominação que sejam. [...]

Artigo III. O Governo das Províncias Unidas se obriga a retirar imediatamente todas as tropas, com seus respectivos armazéns, que se houverem mandado em auxílio de Artigas ou seus partidistas [...]
 Artigo IX. Os súditos de ambos os Estados terão livre acesso no território de cada um, como se fossem pessoas que pertencessem a outro qualquer país neutro. (PRIMEIRA INTERVENÇÃO NO RIO DA PRATA. 26 de maio 1812).

A Primeira Intervenção do Rio da Prata tinha por objetivo responder ao pedido do General Francisco Xavier Elio, pois a Praça de Montevideo havia sido invadida pelas Tropas de Artigas. Portugal possuía interesse em abrir caminho do rio para as navegações portuguesas e assegurar o território para a coroa da Princesa Carlota Joaquina, herdeira do trono, filha do Rei da Espanha Carlos IV.

Buenos Aires, após a Revolução de maio de 1810, passou a ser independente e tinha por objetivo manter a unidade das províncias. Montevideo, ainda sob o vice-reinado da Espanha aplicou o bloqueio naval e a reação de Buenos Aires foi sitiá-la e invadir a Banda Oriental. Portugal se manteve neutra nesta situação até que as tropas de Buenos Aires avançaram as fronteiras do Brasil. O Príncipe Regente receava a revolução e o contágio das ideias de independências na fronteira, mas cedeu aos pedidos de apoio na guerra e avançar os exércitos do Reino. A Intervenção Em 26 de maio de 1812 foi assinado o Tratado entre o Governo Provisório das Províncias Unidas do Rio da Prata e o Tenente-Coronel João Rademaker, enviado do príncipe Regente de Portugal.

Ilmo. e Exm. Senhor. – O Cabildo⁷ desta cidade de Montevideú, acaba de reassumir esta autoridade pública e militar, desde que as tropas da sua guarnição, desampararam, marchando para outros destinos [...]. Apesar de não haver constado oficialmente ao Cabildo a intimação feita ao Governo sobre o motivo da guerra, chegou não obstante aos seus ouvidos que o objeto de S.M.F é restabelecer a ordem pública, para a segurança de suas fronteiras, e que pelos demais afiança a segurança individual de todos os habitantes desta província e a inteira posse de seus bens e propriedades rurais e urbanas. (SEGUNDA INTERVENÇÃO NO RIO DA PRATA. 19 de janeiro de 1817).

A Segunda Intervenção do Rio da Prata aconteceu em janeiro de 1817. A partir da independência das Províncias Unidas do Rio da Prata (Argentina), em 1816, foram formados na Banda Oriental dois grupos: os Colorados e os Blancos. O primeiro grupo desejava a independência da Banda Oriental e o segundo buscava a anexação do território às Províncias do Rio da Prata.

⁷ Cabildos são corporações municipais instituídas na América Espanhola durante o período colonial, que se encarregavam da administração geral das cidades coloniais. Disponível em: <<http://definicion.de/cabildo/>>.

A cidade de Montevidéu foi tomada pelas tropas de Buenos Aires, que queriam o domínio do território e avançavam as fronteiras do Rio Grande de São Pedro. A partir de então teve a entrada do Reino de Portugal na disputa. Montevidéu também foi invadida pela coroa portuguesa com o pretexto de enviar tropas libertadoras dos cisplatinos, para reconstituir a paz no território da Banda Oriental.

Acordamos e pelo presente afirmamos que a Província Oriental do Rio de Prata se une e incorpore ao Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves [...].Este território deve-se observar como um Estado diverso dos demais do Reino Unido, sob o nome de Cisplatino (também chamado oriental) [...]. São aceitas bases da Constituição acordadas pelo Congresso Geral da Nação no presente ano, que garantem a liberdade civil, a segurança individual, e a das propriedades, com as reformas ou emendas que determine o Congresso Geral logo que esteja completa a representação da América [...]. Continuará no comando deste Estado o Barão de Laguna (TRATADO ANEXAÇÃO DA PROVÍNCIA CISPLATINA. 31 de julho de 1821).

Quatro anos após a segunda intervenção no Rio da Prata, Dom João permitiu que Montevidéu convocasse um Congresso extraordinário com os deputados para que estabelecessem a nova forma de governo da Banda Oriental. Em 31 de julho de 1821 foi decidido pelos deputados que o território seria incorporado ao Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves.

Outro conflito que ocorreu no período joanino do Brasil em relação aos vizinhos americanos foi a questão das colônias francesas. Em 1809 o Príncipe Regente Dom João deu ordens de invasão às colônias de Caiena e Guiana. O ataque aconteceu com o apoio de tropas inglesas. Esta foi transformada em unidade administrativa portuguesa e novas demarcações de fronteiras foram estabelecidas. A invasão foi uma resposta aos ataques das tropas napoleônicas em Portugal, pois o território estava dominado pelos franceses.

Artigo I. Sua Majestade Fidelíssima, achando animada do desejo de pôr em execução I artigo CVII do Ato do Congresso de Viena, obriga-se a entregar a Sua Cristianíssima, no prazo de três meses, ou antes se for possível, a Guiana Francesa até o Rio do Oiapoque[...] Artigo II. Ambas as partes procederão imediatamente à nomeação de expedição de Comissários para fixar definitivamente os limites das Guianas Portuguesa e Francesa[...] Artigo III. As fortalezas, arsenais e todo o material militar serão entregues a Sua Majestade Cristianíssima[...].(RESTITUIÇÃO DE CAIENA À FRANÇA. 26 de agosto de 1817).

. No ano de 1815, com o cessar fogo na Europa, a posse da Colônia de Caienas voltou a ser reivindicada pelo Governo francês. Luís XVIII levou a questão

ao Congresso de Viena, no mesmo ano. Foi estabelecido que o território fosse devolvido à França, respeitando as antigas demarcações de fronteira, antes da invasão. Em 1817 é assinada a Convenção entre Dom João VI e Luiz VIII restituindo Caiena à França.

Um decreto importante no âmbito da Política Externa do Brasil no período Joanino aconteceu em 16 de dezembro de 1815 quando o Príncipe Regente baixou a Carta Lei que dava ao Brasil a elevação ao Reino Unido de Portugal e Algarves. Apesar de desde 1808 na prática o pacto colonial não existisse mais, o Brasil continuava sendo colônia portuguesa, tão dependente juridicamente quanto as colônias da África. Com a elevação da categoria, o território se torna parte do Reino, o que permite mais representatividade constitucional e igualdade jurídica a Portugal e Algarves. O Sistema Colonial do Brasil assim foi cessado com este decreto, corrigindo também os conflitos a respeito dos brasileiros que possuíam pais nascidos na metrópole. Com o novo grau do Brasil eles passaram a ter os mesmos direitos.

Que meus Reinos de Portugal, Algarves e o Brasil formem de ora em diante um só único Reino debaixo do título de Reino Unido de Portugal e do Brasil e Algarves. [...] Carta Lei, pela qual Vossa Alteza Real há por bem elevar este Estado do Brasil à graduação e categoria de Reino, e uni-los aos seus Reinos de Portugal e dos Algarves, de maneira que forme um só corpo político debaixo do título de Reino Unido de Portugal e do Brasil e Algarves – tudo na forma acima declarada. Para Vossa Alteza Real ver. (DOM JOÃO. elevação do Brasil a Reino Unido. 1815).

É importante que se analise a conjuntura do sistema internacional naquele momento. Na Europa as Guerras Napoleônicas já haviam cessado e o Congresso de Viena em 1815 regulamentou o Direito Internacional Público, restituindo territórios a países que foram invadidos e devolvendo a Coroa aos Monarcas. Dom João não possuía mais motivos concretos para continuar com a Corte no Brasil, afinal Portugal se encontrava livre da ameaça napoleônica. Ao longo dos sete anos em que a Corte estava no Brasil, o país ganhou estrutura governamental de Reino e mais importância econômica. O retorno da Corte para Portugal naquele momento poderia significar a independência da colônia. Transformando o Brasil em parte do Reino Unido de Portugal e Algarves, era eliminada as possibilidades de revolução para a independência e assim o Reino de Portugal mantinha seu território intacto.

A Convenção da Grã-Bretanha sobre o tráfico de escravos, assinada em 18 de julho de 1817 por Dom João VI, já Rei do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, e João III, o Rei do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda foi um documento que colocava em prática acordos realizados no Congresso de Viena em 1815.

Artigo I. O objeto desta Convenção é, por parte de ambos os Governos, vigiar que seus vassallos respectivos não façam o comércio ilícito de escravos. Artigo II. Os territórios nos quais, segundo o tratado de 22 de janeiro de 1815, o comércio do negro fica sendo ilícito para os vassallos de sua Majestade Fidelíssima, são: 1) Os territórios que a Coroa de Portugal possui nas costas da África ao sul do Equador [...]. 2º os territórios da costa da África ao sul do Equador, sobre os quais S.M. Fidelíssima declarou reservar seus direitos, a saber: os territórios de Molembo e de Cabinda na costa ocidental da África, desde o quinto grau e doze minutos até o oitavo de latitude meridional. Artigo IV. Todo navio português, que se destinar para fazer o comércio de escravos em qualquer parte da costa da África em que este comércio fica sendo lícito, deverá ir munido de um Passaporte Real[...]. (CONVENÇÃO DA GRÃ-BRETANHA SOBRE TRÁFICO DE ESCRAVOS. 28 de julho de 1817).

Londres durante o Congresso de Viena apresentou propostas para a abolição sobre o tráfico de escravos. Nota-se que ainda não é falado a respeito do fim da mão de obra escrava. A importância desta diferença diz respeito ao Direito Internacional. O uso ou não da mão de obra escravista é decidido por administração interna dos reinos e cabe no Direito Internacional sancionar apenas a respeito do comércio. O objetivo central da Grã-Bretanha em impedir este tipo de comércio era devido ao liberalismo comercial, pois o regime de mão de obra escrava limitava o acesso de mercadorias inglesas em territórios.

Após o fim da guerra europeia em 1815, começou a avançar em Portugal sentimentos de revolta em relação ao Governo de Dom João. O Rei não regressara para a Europa mesmo após a restauração do continente no Congresso de Viena, pelo contrário, voltou-se mais para os assuntos americanos, organizando o Brasil como Reino Unido e exigido de Portugal dinheiro e soldados como ressalta (CERVO 2000). Portugal se encontrava com o tesouro vazio e a elite irritada com a Regência do Inglês Baresford. Todos esses motivos fomentaram a Revolução Portuguesa de 1820, conhecida como Revolução Liberal do Porto. A elite burguesa assumiu o poder, criando uma Junta Provisional convocando eleições para as Cortes Extraordinárias Constituintes. Em Janeiro de 1821 estas Cortes se reuniram em Lisboa e fizeram o Decreto de 9 de março do mesmo, que consistia na fixação de

bases, definindo os direitos do cidadão de Portugal e a nova organização dos poderes de Estado. Este decreto foi o fim do governo Absolutista, pois na Constituição do Reino foram adicionados os poderes Executivo e Judiciário.

A Nação Portuguesa é a união de todos os Portuguezes de ambos os hemisférios.[...]O seu governo é a monarchia constitucional hereditaria, com leis fundamentaes que regulem o exercicio dos tres poderes politicos. A sua dynastia reinante é a da Serenissima Casa de Bragança. O nosso Rei actual é o Senhor D. João VI, a quem succederão na Corôa os seus legitimos decendentes, segundo a ordem regular da primogenitura [...]. O Poder Executivo está no Rei e seus Ministros, que o exercem debaixo da autoridade do mesmo Rei. O poder judiciário está nos Juizes. Cada um destes poderes será respectivamente regulado de modo, que nenhum possa arrogar a si as atribuições do outro. (DECRETO 9 DE MARÇO DE 1821).

O fim do período Joanino do Brasil se deu no dia 24 de abril de 1821, quando o Rei Dom João VI foi obrigado a se submeter às imposições das Cortes de Lisboa, tendo que retornar a Portugal. Antes de sua partida o Decreto e Instruções do dia 22 de abril desmembrou a Secretaria de Negócios Estrangeiros com a da Guerra, e ligou à Secretaria de Negócios do Reino. Como encarregado do Cargo Geral do Governo do Brasil ficou seu filho Dom Pedro, sob o título de Príncipe Regente. De modo geral a Política Externa do Período Joanino no Brasil apresentou elementos de dependência a hegemonia britânica. Dom João VI precisou de apoio político inglês para que pudesse assegurar a soberania da casa de Bragança no governo de Portugal. O custo deste apoio se mostrou elevado, pois Portugal se tornou economicamente dependente e submisso ao liberalismo inglês.

4 Governo de Dom Pedro I e Política Externa

O presente e último capítulo busca analisar a Política Externa Brasileira no Reinado de Dom Pedro I (1821–1831). Inicialmente, é explanado o período Regencial de Dom Pedro, ilustrando os conflitos políticos que ocorreram com o retorno de Dom João VI a Portugal, em 1821, e como se deu o processo de Independência do Brasil, no ano de 1822. Logo em seguida, será apresentada a organização interna do Império do Brasil, analisando a primeira Constituição e os novos departamentos que foram criados. Por fim, o capítulo irá mostrar as principais transformações na Política Externa, desde o reconhecimento dos primeiros Estados, o reconhecimento de Portugal e o desenvolvimento da Secretaria de Negócios Estrangeiros.

4.1 Período Regencial e Independência do Brasil

Com o retorno de Dom João VI a Lisboa, em abril de 1821, Dom Pedro ocupou o cargo de Príncipe Regente no Brasil, dando início ao Governo Regencial, até a Proclamação da Independência no dia 7 de setembro de 1822. Este período é marcado por diversos conflitos políticos, tanto no Reino do Brasil, quanto em relação a Portugal. O subcapítulo irá apresentar os entraves políticos que Dom Pedro teve com as Cortes Extraordinárias de Lisboa e mostrar de que maneira foi articulada a independência do Brasil, dando ênfase aos grupos de interesse que apoiaram a emancipação política do Brasil.

Portugal é durante longos anos uma delegação do reino brasileiro. Acostuma-se o Brasil a vida própria. Já tem, na sua capital, poderes soberanos: já tribunaes, já conselhos, administração, magistratura, escolas, força pública, sem que estes attributos da soberania sejam apenas a pura emanação da alheia potestade. (EÇA, 1908, p.66).

O período Joanino no Brasil representou para a elite lusitana um período de subordinação portuguesa. Portugal sempre deteve controle sobre suas colônias e de Lisboa eram deliberadas as políticas mercantilistas que mantinham o reino. Com a transferência da Real Corte para o Brasil em 1808, os lusitanos que não puderam sair do país e foram obrigados a ficar com ônus do acontecimento. Primeiramente, o Bloqueio Continental, quando Portugal foi invadido pelas tropas napoleônicas e

depois o controle inglês sobre a administração do Reino. Estas mudanças geraram insatisfação, principalmente por parte da elite.

A Revolução do Porto de 1820 enfim surtiu efeito no ano seguinte, as Cortes Extraordinárias Constituintes de Lisboa conseguiram pressionar o rei de modo que ele retornasse a Portugal. A partir da instauração da nova constituição portuguesa começaram definitivamente os impasses políticos que desencadearam na emancipação política do Brasil.

A Revolução fora feita por e para um dos lados, havendo o Brasil de sujeitar-se aos interesses de Portugal. Este fora o fermento lançado no debate das Cortes que agiu como detonador das decisões políticas, que o Brasil, confluindo para a emancipação. Durante todo o ano de 1821, a tendência de desmontar a unidade política do Brasil e de dividi-los em províncias ultramarinas sobre controle português confirmou-se nas decisões do Congresso. (CERVO, 2000. p.89).

O Brasil inicialmente continuava sendo oficialmente parte do Reino Unido de Portugal e Algarves, mas a nova Constituição incluiu artigos com restrições a respeito da regência brasileira e mudanças no comércio bilateral. Estas alterações na prática significavam o retorno do país à antiga condição de colônia. O objetivo das Cortes de Lisboa era resgatar a relação de exploração e dominação que Portugal tinha sobre o Brasil até 1808. Conforme os decretos da corte de Lisboa chegavam ao Rio de Janeiro, eram feitas contra-decisões por parte da corte do Brasil para impedir a submissão brasileira. O rei Dom João VI se encontrava bloqueado pelas decisões. Este embate político entre as suas partes do Reino ficou conhecido como a “guerra dos decretos”⁸. O reino do Brasil ganhou notoriedade e se desenvolveu com a transferência da Corte em 1808, dificilmente seria possível Portugal conseguir impor o regresso brasileiro ao *status* de colônia. A melhor maneira de preservar a monarquia portuguesa como um todo seria manter a política igualitária entre os dois países do Atlântico.

Em dezembro de 1821, chegou ao Rio de Janeiro a primeira decisão das Cortes Extraordinárias ordenando o regresso de Dom Pedro à Lisboa. As providências a serem tomadas foram as articulações políticas para a independência. Primeiro o Príncipe Regente precisou encontrar a base em grupos de influência como a Maçonaria, que desde o início do século, já questionava a dependência.

⁸A “guerra dos decretos” foi uma série de medidas brasileiras para impedir as decisões que as Cortes Extraordinárias de Lisboa apresentavam nas vésperas da independência do Brasil.

Também foi necessário percorrer províncias importantes em busca de mais apoio, acalmar setores da sociedade que estavam preocupados com os últimos acontecimentos acerca das imposições lusitanas, levar o ideal revolucionário e promover o sentimento nacional. Nem todas as províncias apoiavam o movimento de independência, pelo contrário, defendiam a união dos reinos. As províncias brasileiras do norte e do sul de modo geral não possuíam envolvimento direto. O entendimento de nação brasileira ainda não existia, por isso algumas regiões compreendiam que era mais vantajoso o Estado permanecer da maneira que se encontrava, pertencendo a Portugal.

No dia 9 de janeiro do mesmo ano, Dom Pedro recusou a imposição das Cortes, permanecendo no Brasil. Ele foi condecorado com o título de Defensor Perpétuo e passou a tomar medidas contrárias a Lisboa: convocou a Assembleia Constituinte, para que organizasse uma Constituição propriamente brasileira; impediu o desembarque de tropas portuguesas no Brasil, considerando-as inimigas e passou a percorrer as províncias de São Paulo e Minas Gerais.

I. Que sejam reputadas inimigas todas e quaesquer Tropas, que de Portugal ou de outra qualquer arte forem mandadas ao Brazil, sem prévio consentimento meu, debaixo de qualquer pretexto que seja; assim como todas as tripolações e guarnições dos navios em que forem transportadas, si pretenderem desembarcar: Ficando, porém, livres as relações commerciaes e amigáveis entre ambos os Reinos, para conservação da União Política que muito desejo manter. (DECRETO DE 1º DE AGOSTO DE 1822).

Durante seu retorno de São Paulo ao Rio de Janeiro, no dia 7 de setembro, Dom Pedro recebeu a carta com a declaração de independência, assinada pela sua esposa Princesa Leopoldina de Habsburgo (que ficara na capital do Reino assumindo a regência) e pelos Ministros. Na Carta era apresentada a anulação que as Cortes de Lisboa deram à Regência de Dom Pedro, destituindo-o do cargo e exigindo o retorno imediatamente a Portugal. O Príncipe após ler a carta, voltou-se a guarda de honra, que o acompanhava e proclamou a Independência.

A Maçonaria teve um papel importante no movimento revolucionário de 1822. Pessoas influentes ligadas a Dom Pedro eram maçons e desenvolveram discursos e debates sobre a emancipação política do Brasil. Apesar de apresentar um discurso de liberdade política, a maçonaria do Brasil na década de 1820 ainda dividia-se dois grupos: os monarquistas e os republicanos. Dois nomes se destacam dentro de cada

um dos grupos: Joaquim Gonçalves Ledo, a favor da instauração da República, e José Bonifácio de Andrada e Silva, que apoiava a Monarquia.

Nos primeiros meses de 1822, a preponderância do grupo maçônico de Joaquim Gonçalves Ledo se fazia perceber nos debates em torno da necessidade de convocação de uma Assembléia Constituinte ou através da aproximação com o príncipe regente, ao conceder-lhe o título de Defensor Perpétuo do Brasil, aprovado pelo Senado da Câmara do Rio de Janeiro. Em certa medida, essa supremacia significava o aprofundamento dos antagonismos com o grupo de José Bonifácio que, na condição de Ministro do Reino e dos Estrangeiros, iniciou violenta repressão aos que se opunham a seu projeto político de construção do Estado brasileiro, baseado em uma Monarquia extremamente centralizada, com baixo nível de representatividade e que visava garantir os interesses da classe senhorial, sobretudo nas províncias do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais. (SOUZA, 2011, p.207).

Joaquim Gonçalves Ledo foi durante sua vida político e jornalista. Em setembro de 1821 fundou o jornal *Revérbero Constitucional Fluminense*, que aproveitando a liberdade de imprensa, conseguiu difundir a defesa pela autonomia e ideias democratas. Foi Joaquim Ledo quem apresentou para Dom Pedro a proposta de formação da assembleia constituinte, que será acatada durante o processo de independência.

José Bonifácio de Andrada e Silva, considerado por diplomatas, como Flávio Mendes de Oliveira e Castro, o patriarca da independência, foi aliado de Dom Pedro durante todo o processo. Em dezembro de 1821 chegou ao Rio de Janeiro a primeira carta com ordens das Cortes de Lisboa exigindo o regresso do Regente a Portugal (CERVO, 2000). Este decreto traria como definitivo, ao Brasil, retorno a situação de colônia. No dia 9 de janeiro de 1822, em cerimônia solene e festiva, José Bonifácio entregou ao príncipe um documento da Junta de São Paulo, com cerca de 8 mil assinaturas, pedindo para que Dom Pedro desobedecesse às ordens das Cortes de Lisboa e ficasse no Rio de Janeiro. Este evento, conhecido como o Dia do Fico, marcou o início do processo de separação. Bonifácio foi convidado a exercer as funções de ministro de Estado e a partir de então começam as articulações de emancipação (CASTRO, 2009).

A imprensa também possuiu uma importância significativa na construção dos ideais emancipacionistas. Desde 1820, com a revolução constitucionalista do Porto, os jornais brasileiros independentes tiveram mais liberdade para difundir seus posicionamentos. Pensamentos liberais que eram discutidos nas lojas maçônicas

puderam ser divulgados para um maior número de pessoas, que absorviam as informações e tomavam posicionamentos, sejam eles contrários ou a favor.

Por efeito da chamada Revolução do Porto de 1820, o movimento, no Rio de Janeiro de 26 de fevereiro de 1821, assim como outros semelhantes em algumas províncias, colocou em circulação, de maneira inédita no Brasil, ideias liberais e constitucionais, que logo foram divulgadas por meio de uma espantosa quantidade de jornais e panfletos. Alguns chegavam de Lisboa, outros passaram a imprimir-se no Rio de Janeiro e na Bahia, gerando um intenso debate também no Pará, no Maranhão, em Pernambuco e em outros locais de menor expressão. A multiplicação desses impressos refletia uma preocupação coletiva até então inexistente em relação ao político, passando seus conteúdos, como indicam as inumeráveis cartas de particulares que os redatores dos periódicos divulgavam semanalmente, a serem discutidos nas ruas e, sobretudo, nos novos espaços de sociabilidade. (NEVES, 2002. p.50).

No dia 28 de setembro Lisboa recebeu as cartas de Dom Pedro nas quais apresentavam a proclamação da independência política e convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte que legislasse somente no Brasil. A imposição dos decretos apenas acelerou o processo de emancipação nacional.

A sagração e coroação do Imperador do Brasil Dom Pedro I aconteceram no dia 1 de dezembro de 1822, por meio da Portaria nº 138 de 20 de novembro (CASTRO, 2010), foi determinado pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros José Bonifácio o protocolo da cerimônia. A celebração foi diferenciada das demais cerimônias da Casa de Bragança, pois utilizou procedimentos religiosos, dado que a que monarquia portuguesa não os utilizava para este tipo de cerimonial (OLIVEIRA, 2007). Esta cerimônia foi a afirmação da autonomia política do Brasil, perante Portugal. Trouxe elementos definidores do poder político atribuído a Dom Pedro porque procura fazer frente tanto às cortes portuguesas quanto às demais forças políticas nas províncias. A função da religião neste momento de sagração era de apresentar um poder político inviolável, sustentado na sanção religiosa, acima da Assembleia Constituinte.

4.2 Primeiro Reinado: a organização do Império do Brasil

Portugal de imediato não reconheceu a independência do Brasil e enviou tropas para restituir o domínio do território. Diferente do que é várias vezes apresentado, a luta pela emancipação política não aconteceu de forma totalmente

pacífica. A guerra da independência durou de 1822 até 1825, quando Portugal assina o Tratado de Paz e Amizade e reconhece a soberania política brasileira.

A guerra se tornou de caráter civil luso-brasileiro, pois havia portugueses e brasileiros em ambos os lados, a favor ou contra a emancipação. O Ministro e Secretário de Estado de Negócios do Reino e Negócios Estrangeiros, José Bonifácio criou medidas para por fim a resistência de Portugal. Para este fim comprou armas e navios ingleses e fez o recrutamento de tropas nacionais. Contratou militares estrangeiros, milícias. Também foram decretadas medidas defensivas e ofensivas, como o confisco de bens e a expulsão daqueles, portugueses ou brasileiros, que não aceitassem a emancipação política do Brasil. Já no campo econômico, foi proibido o comércio entre as duas nações.

O Império do Brasil não possuía fundos suficientes para financiar toda a guerra, pois as reservas que o Brasil possuía foram levadas para Portugal em 1821, com retorno de Dom João VI a Lisboa. Dom Pedro precisou aumentar impostos e recebeu doações de recursos de grandes agricultores brasileiros que tinham interesse na emancipação brasileira.

Após o dia do Fico em 1822, o Imperador fez a reunião da Assembleia Geral Constituinte e Legislativa, nela o objetivo era criar a primeira Constituição brasileira, mas impasses ocorreram no desenvolvimento da organização de governo. A Assembleia Constituinte iniciou seu trabalho no dia 3 de maio de 1823, mas logo foi dissolvida pelo Imperador. Surgiram graves divergências, pois Dom Pedro desejava uma Constituição que aumentasse seus poderes, entrando em choque com políticos radicais que legislavam a Constituição (SOUZA, 2011). Com a dissolução da Assembleia, Dom Pedro reuniu um grupo de 10 políticos de confiança para escrever o texto. A Constituição foi outorgada por Dom Pedro I em 1824, criando o Moderador, que é representado pelo Imperador. Esta Constituição vigorou durante todo o Brasil Império.

Em um primeiro momento é necessário compreender a forma de governo que ficou organizado do Brasil: Monarquia Constitucional, sob o nome de Império do Brasil. A imagem do Imperador como defensor constitucional reúne dois aspectos: o primeiro é de o caráter de realizador dos desígnios divinos através do poder político, o seu direito de como legítimo herdeiro da Casa de Bragança; e o segundo caráter o de representante da vontade dos povos que elegeram Dom Pedro para ser o defensor da Constituição (OLIVEIRA, 2007). O governo foi dividido em 4 poderes:

Legislativo, Executivo, Judicial, e Moderador. O poder legislativo foi dividido em duas partes: a Câmara dos Deputados e Câmara dos Senadores, eleitos por voto indireto. O Imperador é a figura do poder Moderador e ao mesmo tempo chefe o Poder executivo.

Algumas mudanças ocorreram principalmente no setor legislativo, que futuramente contribuiu para criar o arcabouço jurídico brasileiro. Mesmo após a independência em 1822, se algum brasileiro quisesse ter jurídica no Brasil era necessário o curso de formação em Portugal, na maioria das vezes na Universidade de Coimbra. Para diferenciação das legislações brasileira e portuguesa, e com a necessidade de regular a Constituição do Brasil em 1827 foram abertos os primeiros cursos de Formação Jurídica do Brasil, nas cidades de São Paulo e Olinda.

Após 41 emendas, e em seguida à apreciação do Senado (aqui com mais 17 emendas), foi aprovada e decretada a Lei de 11 de agosto de 1827, que “Crêa dous Cursos de sciências Juridicas e Sociaes, um na cidade de S. Paulo e outro na de Olinda”, nos seguintes e integrais termos: Dom Pedro Primeiro, por Graça de Deus e unanime aclamação dos povos, Imperador Constitucional e Defensor Perpetuo do Brazil: Fazemos saber a todos os nossos subditos que a Assembléia Geral decretou, e nós queremos a Lei seguinte: Art. 1.º - Criar-se-ão dous Cursos de sciencias jurídicas e sociais, um na cidade de S. Paulo, e outro na de Olinda. (DECRETO 11 DE AGOSTO DE 1827)

A necessidade de se construir um Império, diferente de república, como estava acontecendo com os outros países da América, foi por causa dos interesses de Dom Pedro I em assegurar o trono e hereditariedade. Grupos dominantes do Brasil colonial, como a aristocracia e grandes senhores de engenho, tinham o interesse de manter o monopólio dos latifúndios. A emancipação brasileira foi feita verticalmente. A independência foi de caráter conversador, pois estrutura interna do Brasil independente teve poucas mudanças e rupturas sociais. A mão de obra escrava, a estrutura agrária de monocultura latifundiária e também a distribuição de renda desigual continuaram existindo no Brasil Império. A população mais pobre sequer acompanhou ou entendeu o significado da independência e por fim os privilégios aristocráticos permaneceram inalterados. O Governo de Dom Pedro I findou em 1831 em meio à crise econômica e política. O Imperador decidiu abdicar da coroa, regressando a Lisboa para disputar a herança do trono português. Em seu lugar ficou seu filho, o Príncipe Regente Dom Pedro II.

4.3 Política Externa de Dom Pedro I

A Política Externa de Dom Pedro pode ser dividida em dois períodos: Regencial, que vai do retorno de Dom João VI a Portugal em 1821, até a Independência do Brasil em 1822. O segundo período é de 1822 até 1831, o Primeiro Reinado, em que Dom Pedro I governou o país com o título de Imperador do Brasil. Os maiores desafios destes períodos foram: a reorganização das secretarias; o reconhecimento da Independência por parte de Portugal e das potências; e os conflitos de demarcação territorial com seus vizinhos.

Havendo El-Rei, meu Augusto Pai, pelo Decreto e Instruções de 22 de abril de 1821, [...] que ao Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Reino ficasse pertencendo na direção privativa da pasta dos Negócios Estrangeiros; desligando esta repartição dos Negócios da Guerra, a que andava anexo [...] a fim de que a escrituração e expediente dos Negócios Estrangeiros fiquem efetivamente independentes de outros quaisquer [...] passando a repartição dos Negócios Estrangeiros a formar uma secretaria absolutamente desligada da Guerra, debaixo da direção do meu Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Reino e Estrangeiros, com o sobredito Oficial-maior, que ainda serve em ambas as repartições. (DECRETO DE 2 DE MAIO DE 1822).

Apesar da Secretaria dos Negócios Estrangeiros ter sido desmembrada da Secretaria da Guerra e anexada a Secretaria de Negócios do Reino, pelo Decreto e Instruções de 22 de abril de 1821 (CASTRO, 2010), os assuntos burocráticos dos negócios estrangeiros continuaram ligados. Em 1822 foi feita a reorganização destas secretarias. Dom Pedro, ainda como Príncipe Regente fez o Decreto de 2 de maio, deixando sob a direção do Ministérios de Negócios do Reino e Estrangeiros as duas secretarias: Negócios do Reino e Negócios Estrangeiros. Desta maneira a repartição de Negócios Estrangeiros se tornou mais autônoma, cessando os inconvenientes que ocorriam com a união a Secretaria da Guerra. Para o cargo de Ministro foi escolhido José Bonifácio de Andrada e Silva, que assumiu o posto até 1823.

José Bonifácio possuiu importante papel para a Política Externa Brasileira no período Imperial. Seus trabalhos foram significativos a respeito das missões para o reconhecimento da independência perante as outras nações. O período em que o Andrada esteve à frente do Ministério foi de intensa atividade diplomática. O Brasil precisava ampliar o número de agentes diplomático nas nações, adquirir alianças e

preparar o terreno para a independência. Foram articuladas missões diplomáticas em nações amigas, tais como as Províncias Unidas do Rio da Prata e o Reino Unido da Grã-Bretanha.

Procurará por meios indiretos adquirir partido no Governo de Buenos Aires, e principalmente no do Paraguai, por ser o que pode melhor ser útil, para que ligado com o outro de Montevidéu possam vigorar as manobras e maquinações, assim de Buenos Aires como entre Ríos. [...] V. Mec lhes demonstrará que é impossível o Brasil ser recolonizado, mas se fora crível, que visse retalhado por internas divisões, este exemplo seria fatal ao resto da América e os outros Estados que a compõem se arrependeriam debalde por não o terem coadjuvado, porém que uma vez consolidada a reunião e Independência do Brasil, então a Europa perderá de uma vez toda a esperança de restabelecer o domínio sobre as suas colônias. (RECONHECIMENTO DA INDEPENDÊNCIA. 30 de maio de 1822).

Em 30 de maio de 1822 foi expedida uma Comissão para o Governo de Buenos Aires, e nelas foram as instruções feitas por José Bonifácio para Antônio Manuel Correa da Câmara, designado a ser Consul em Buenos Aires. O objetivo principal desta missão era conservar a autonomia, obter a simpatia das províncias platinas em sua luta contra as Cortes de Lisboa e reconhecer a independência do Brasil.

Outra atuação do Ministro José Bonifácio foram as instruções passadas a Felisberto Caldeira Brant Torres para servir em Londres como Encarregado de Negócios do Brasil em 12 de agosto de 1822. As instruções criadas por Bonifácio apresentam de que maneira Caldeira Brant deveria abordar o tema da independência. Este ato diplomático foi significativo, pois contribuiu para que em 1825 a Inglaterra aparecesse como intermediadora no acordo reconhecimento de Portugal pela emancipação do Brasil.

Exporá com energia e clareza os motivos justos que teve o Brasil: 1º De não reconhecer mais a autoridade do Congresso de Lisboa. 2º De querer uma Assembleia Geral Constituinte Legislativa, dentro do seu próprio território, que tenha as mesmas atribuições da de Lisboa [...]. 6 Procurará obter deste Governo o reconhecimento da Independência política deste Reino do Brasil e da absoluta Regência enquanto sua Majestade se achar no afrontoso estado de cativo a que o reduziu o partido faccioso das Cortes de Lisboa.[...] Fará ver com toda a desteridade que os próprios interesses do Governo britânico instam por aquele reconhecimento [...]. Levará em última análise que S.A.R só levado pelas considerações de amizade e boa harmonia com as nações amigas e pelo respeito. (RECONHECIMENTO DA INDEPENDÊNCIA, CALDEIRA BRANT EM LONDRES, 12 de agosto 1822).

Com o objetivo de conseguir o reconhecimento da independência pelas outras nações, Dom Pedro, ainda como Príncipe Regente fez o Manifesto aos Governos e Nações Amigas um mês antes da Proclamação da independência. Este manifesto apresenta quais os motivos que levaram o Brasil a buscar a emancipação política. No manifesto são feitas críticas ao sistema Mercantil e ao Pacto Colonial que o Brasil esteve sujeito durante séculos. Dom Pedro, ao ganhar o título de Defensor Perpétuo do Reino, apresenta aos demais países a revolta brasileira em ser obrigada a retornar a submissão portuguesa. Dom Pedro frisa nesta Carta que as deliberações de Portugal eram feitas pelas Cortes Extraordinárias de Lisboa e que o Rei Dom João VI não possuía mais soberania na administração do Reino.

Sempre quiseram os europeus conservar este rico país na mais dura e triste dependência da metrópole; porque julgavam ser-lhes necessário estanca, ou pelo menos empobrecer a fonte perene de suas riquezas [...]. Tal foi a sorte do Brasil por quase três séculos; tal a mesquinha política que Portugal, imaginou para acimentar o seu domínio e manter seu factício esplendor [...].Chegam enfim ao Brasil os fatais decretos da minha retirada para a Europa e da extinção total dos tribunais do Rio de Janeiro, ao mesmo tempo que ficaram subsistindo os de Portugal [...].Só restava ao Brasil ser riscado para sempre do número de das nações e povos livres, ficando outra vez reduzido ao antigo Estado Colonial e de comércio exclusivo[...]. Um Governo forte e constitucional era só quem podia desempençar o caminho para o aumento da civilização e riqueza progressiva do Brasil; quem podia defende-lo de seus inimigos externos e coibir facções internas.(MANIFESTO AOS GOVERNOS E NAÇÕES AMIGAS, 16 de agosto de 1822. D. Pedro).

As Cortes de Lisboa impõem a Dom Pedro seu retorno e a extinção dos tribunais do Rio de Janeiro, o que significava uma tentativa de retorno ao sistema colonial. Faz-se necessário perceber que Dom João estava sendo sucumbido pelas Cortes de Lisboa, deste modo, as deliberações apresentadas por Dom Pedro eram contra as Altas Partes, e não contra a legitimidade do Rei. Neste manifesto é ressaltado por Dom Pedro que ele busca salvar toda a nação portuguesa, tanto que após proclamada a independência ele também lutará pelo trono de Portugal.

Tomando em consideração quanto importa ao bem do serviço público que facilite o expediente dos negócios das Secretarias de Estados, e sendo indubitável para que conseguir este vantajoso fim concorre essencialmente ajustada divisão dos trabalhos. Hei por bem, encarregando cada uma delas separadamente a um Diferente Ministério. Fancisco Villela Barboza, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império e Estrangeiros, o tenha assim entendido, e o execute. (SEPARAÇÃO DAS SECRETARIAS DO IMPÉRIO E DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS, 13 de novembro de 1823).

Outro passo para o desenvolvimento da Política Externa Brasileira no Primeiro Reinado ocorreu em 1823, através do Decreto de 13 de novembro. A Secretaria dos Negócios Estrangeiros se tornou independente da Secretaria de Negócios do Império e ganhou um Ministério próprio. Neste Decreto também é referendada a troca de Ministro, ficando Francisco Vilella Barboza. Neste período o Brasil já possuía agentes diplomáticos em Londres, Paris, Washington, Viena e nos Estados da Alemanha⁹, além de agente consular em Buenos Aires (CASTRO, 2010).

Para o Brasil conseguir dos Estados Unidos o reconhecimento da independência, foi enviado em 1824 para Washington a Comissão de Silvestre Rebelo, com instruções minuciosas. Nas instruções, assinada por Luiz José de Carvalho e Melo, então Ministro dos Negócios Estrangeiros, é pedido inicialmente para que seja sondado sobre os embaraços que porventura existam entre os Estados Unidos e Portugal e escutar a opinião dos súditos brasileiros que estavam lá. Após isso foram mencionadas instruções de como convencer o Governo estadunidense:

Para convencer esse Governo [...], bastará trazer a lembrança o que tantas vezes se tem dito e escrito sobre o perigo que ocorre a América se na sua atual posição não concentrar-se em si mesmo, e reunir-se para por uma barreira às injustiças da velha e ambiciosa Europa. Fará ver particularmente nesse caso: 1º) a política da Grã-Bretanha, que parece querer tirar partido das disposições entre as metrópoles e suas colônias, e sobretudo entre o Brasil e Portugal.[...] Fica dito que este reconhecimento é do próprio interesse dos Estados Unidos, por ser conveniente ao sistema político da América, que haja mais uma potência independente e poderosa [...]. Sondará a disposição desse Governo para uma liga ofensiva e defensiva com este Império, como parte do continente americano contanto que semelhante liga não tenha por bases concessões algumas de parte a parte, mas que deduza tão somente do princípio geral da conveniência mútua proveniente da mesma liga. (RECONHECIMENTO DA INDEPENDÊNCIA: 31 de janeiro de 1824).

Nas instruções enviadas a Washington aparecem discursos com o posicionamento contra as potências europeias, principalmente em relação à hegemonia britânica. É importante lembrar que o discurso que o Brasil promove neste momento é muito parecido ao que os Estados Unidos na época apresentavam. Em 1776 as treze colônias britânicas haviam se tornado independentes da Inglaterra e desde então os Estados Unidos vinham apresentando

⁹Estados da Alemanha é a nomenclatura usada por Flávio de Oliveira Castro para se referir aos principados alemães.

posicionamentos contrários à qualquer tentativa de recolonização. Esta política ficou conhecida como Doutrina Monroe¹⁰. A diplomacia do Brasil Imperial aproveita esta conjuntura e prepara discursos a favor dos ideais estadunidenses, o que surtiu efeito, pois os Estados Unidos foram a primeira nação a reconhecer a soberania do Brasil. Mais a diante será possível perceber que, até o final do Primeiro Reinado, o Brasil acaba se aliando com a Inglaterra.

Porquanto D. Pedro, [...] com o parecer do seu Conselho de Estado, tem resolvido fazer um empréstimo na Europa de £ 3.000.000 para o serviço de seu Império [...]. Sendo esta dívida contraída com a autoridade S.M Imperial, e para o serviço de seu povo, os recursos do seu império serão aplicáveis no seu pagamento, porém na ordem de assegurar a maior pontualidade na execução das promessas feitas [...]. 4º) Nós, do dito Felisberto Caldeira Brant e Manuel Rodrigues Gameiro Pessoa, em nome e por conta de S.M Imperial, por esse nos empenhamos que o pagamento do interesse deste empréstimo e o resgate dele serão efetuados tanto em tempo de guerra como de paz, quer os portadores de certificados pertençam a uma nação amiga ou inimiga, que se um estrangeiro for portador de tal certificado, se ele morrer *ab intestado*, o mesmo passará aos seus representantes na ordem da sucessão estabelecida pelas leis do país do qual era súdito.(PRIMEIRO EMPRÉSTIMO ESTRANGEIRO. 7 de setembro de 1824).

No dia 7 de setembro de 1824, um ano após a independência, foi feito o primeiro empréstimo estrangeiro ao Império do Brasil. Este empréstimo foi feito em forma de contrato de empréstimo financeiro, firmado pelos enviados de Dom Pedro I, Felisberto Caldeira Brant Pontes e Manuel Rodrigues Gameiro Pessoa, na Cidade de Londres. O empréstimo foi feito na quantia de £ 3.000.000 (três milhões de Libras Esterlinas) e ficou conhecido como “Empréstimo Português”. No retorno de Dom João VI à Lisboa foi feito o saque de todo o dinheiro e metais preciosos que estavam nos cofres públicos, deixando o Brasil sem reservas. Por isso Dom Pedro I autorizou o empréstimo e o Brasil se manteve economicamente dependente da Grã-Bretanha.

Londres possuía interesse comercial no Brasil, mas tinha receio de tomar posição política e diplomática em relação à independência, pois poderia gerar uma crise nas relações seculares com Portugal. Por este motivo a Grã-Bretanha foi

¹⁰Doutrina Monroe são os princípios enunciados pelo presidente norte-americano, James Monroe, em mensagem ao Congresso dos EUA, no dia 2 de dezembro de 1823. Surge como manifestação contra eventual intervenção das potências europeias nos destinos dos países do Novo Mundo, transformando-se rapidamente em princípio fundamental da política pan-americana da época. O Brasil aderiu integralmente aos seus enunciados. Fonte: Biblioteca Virtual de Direitos Humanos da Universidade de São Paulo- USP.

Disponível em: <http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Documentos-antiores-%C3%A0-cria%C3%A7%C3%A3o-da-Sociedade-das-Na%C3%A7%C3%B5es-at%C3%A9-1919/doutrina-monroe-1823.html>

intermediadora e no dia 29 de agosto de 1825 o Império do Brasil conseguiu o esperado reconhecimento de Portugal. Dom João VI assinou o Tratado de Paz e Aliança com Dom Pedro I, em reconhecimento da Independência do Brasil por Portugal:

Sua Majestade Fidelíssima tendo constantemente no seu Real ânimo os mais vivos desejos de restabelecer a paz, amizade e boa harmonia entre povos irmãos [...] e assegurar a existência política e os destinos futuros de Portugal, assim como os do Brasil; e querendo de uma vez remover todos os obstáculos que possam impedir a dita aliança, por seu diploma de treze de maio do corrente ano reconheceu o Brasil na categoria de Império independente e separado dos Reinos de Portugal e Algarves, e a seu sobre todos muito amado e prezado filho Dom Pedro por Imperador, cedendo e transferindo de sua livre vontade a soberania do dito Império ao mesmo seu filho, e seus legítimos sucessores, e tomando somente e reservando para a sua pessoa o mesmo título. (RECONHECIMENTO DA INDEPENDÊNCIA POR PORTUGAL, 29 de agosto 1825).

O Tratado de Paz e Amizade reconheceu a independência do Brasil mediante o pagamento de indenização no valor £ 2.000.000 (dois milhões de Libras Esterlinas). Dom Pedro I também se comprometeu a não tomar nenhuma iniciativa a fim de anexar algumas das colônias ultramarinas portuguesas ao seu território. O Grão-Pará e Maranhão por fazerem parte do continente americano foram unificados ao Brasil. Alguns artigos do Tratado se referem ao acerto de propriedades e bens que os nacionais possuíam em ambos os países e a retomada de relações comerciais:

Artigo VI. Toda a propriedade de bens de raiz ou móveis, e ações sequestradas ou confiscadas, pertencentes aos súditos de ambos os soberanos, do Brasil e Portugal, serão logo restituídas [...]. Artigo VII. Todas as embarcações e cargas apresadas, pertencentes aos súditos de ambos os soberanos, serão semelhantemente restituídas, ou seus proprietários indenizados [...]. Artigo X Serão restabelecidas desde logo as relações de comércio entre ambas as nações, brasileira e portuguesa, pagando reciprocamente todas as mercadorias quinze por cento de direitos de consumo provisoriamente, ficando os direitos de baldeação e reexportação da mesma forma que se praticava antes da separação. (RECONHECIMENTO DA INDEPENDÊNCIA POR PORTUGAL, 29 de agosto 1825).

Após o reconhecimento da independência, Dom João VI se prontificou em tentar assegurar a sucessão do Trono do Reino de Portugal a Dom Pedro I. No Tratado de Paz e Amizade não é mencionado nada a respeito do assunto, e Dom Pedro, por ser o primogênito possuía direito ao trono. O Embaixador extraordinário e Ministro Plenipotenciário de Portugal em Londres, Marquês de Palema, enviou a nota oficial para sua Majestade Britânica, pedindo que assegurasse a Coroa de

Portugal ao Imperador do Brasil. O rei Dom João VI continuava subordinado as Cortes de Lisboa

É incontestável que o silêncio observado no Tratado de 29 de agosto, a respeito da sucessão da Coroa de Portugal, não pode de modo algum afetar os direitos que S.M o Imperador do Brasil adquiriu, por nascimento, de suceder no trono a seu augusto pai [...]. Em consequência, pois, do que se afirma, S. Execia. o Senhor Canning já terá sem dúvidas visto que o fim da presente nota é: pedir formalmente a S.M.B. em nome de S.M.F. que assegure a sucessão da Coroa portuguesa na pessoa do seu filho legítimo e herdeiro o Imperador D. Pedro. (PORTUGAL E A SUCESSÃO DA COROA POR DOM PEDRO I. 7 de dezembro de 1825.)

O conflito do período Joanino no Brasil que se estendeu até o governo de Dom Pedro I, com maior atenção, foi a questão Cisplatina. No dia 10 de dezembro de 1825, o Imperador do Brasil faz o manifesto no qual declara guerra contra as Províncias Unidas do Rio da Prata, atual Argentina. O manifesto feito pelo Imperador apresenta às nações amigas quais motivos levaram a anexação da Banda Oriental ao Reino Unido de Portugal e Algarves em 1821 e a defesa brasileira em manter o território sob o domínio do Império do Brasil.

Apesar de ser explanado no documento posições como a intenção brasileira na defesa do sufrágio dos súditos cisplatinos, onde se diz que em 1822 “todas as povoações, cabildos e tropas da Província Cisplatina aclamaram solenemente e juraram fidelidade ao Senhor Dom Pedro” (GUERRA DA CISPLATINA: MANIFESTO BRASILEIRO, 1825) é notório que o interesse do Império era maior. A localização geográfica deste território sempre foi visada, pois ali se encontra a foz do Rio da Prata, sendo que quem a controlasse poderia ter o domínio sobre a navegação deste trecho e acesso aos rios Paraná, Paraguai e Uruguai. O território foi palco de outras disputas pela supremacia na navegação dos Rios da Prata, Paraguai e Uruguai.

Em 25 de agosto de 1825, a República Oriental do Uruguai proclamou sua Independência, resultado da Cruzada Libertadora¹¹. Em seguida foram convocadas eleições na nação recém-independente para determinar os representantes responsáveis por elaborar a nova Constituição. A partir de então o domínio da Banda Oriental ficava livre do Império brasileiro. Todo o movimento era

¹¹ Cruzada Libertadora foi uma expedição, empreendida pelo coletivo denominado “os 33 orientais”. Grupo que tinha como objetivo libertar a Província Oriental do domínio luso-brasileiro imposto sobre a região.

acompanhado por Dom Pedro I, que declarou guerra contra o grupo emancipacionista.

Nestas circunstancias, já cansado o sofrimento, perdida toda a esperança de pacificação, resta por ultimo recorrer ao poder das armas e repelir a força com força. Portanto, Sua Majestade Imperial [...] cedendo ao que deve sua à sai alta dignidade de Imperador constitucional, aos deveres que lhe impõe o cargo de Defensor Perpétuo, e ao que deve a dignidade e bem do Império, tem declarado guerra ofensiva e defensiva ao Estado de Buenos Aires. (GUERRA DA CISPLATINA: MANIFESTO BRASILEIRO. 10 de dezembro de 1825).

A Guerra da Cisplatina teve um elevado custo para Dom Pedro I, tanto político quanto econômico. As tropas brasileiras ainda não eram consolidadas, o que fez com que o Imperador precisasse criar um recrutamento forçado, e gastasse mais com os armamentos e logística. Para que ele pudesse atingir estes objetivos foram aumentados impostos para a população, gerando insatisfação. Os brasileiros que foram lutar estavam em região muito afastada, fazendo com que as tropas, sem a identidade nacional consolidada, não se interessassem pela disputa.

Artigo I. Sua Majestade o Imperador do Brasil declara a Província de Montevidéu, chamada hoje Cisplatina, separada do território do Império do Brasil, para que possa constituir-se em Estado livre e independente de toda e qualquer nação, debaixo da forma de governo que julgar mais conveniente a seus interesses, necessidades e recursos Artigo II. [...] Artigo adicional. Ambas as Altas Partes se comprometem a empregar os meios ao seu alcance, a fim de que a navegação do Rio da Prata, e de todos os outros que nele vão sair, seja conservada livre para uso dos súditos de uma e outra nação, por tempo de quinze anos pela forma que se ajustar o Tratado Definitivo de Paz. (CONVENÇÃO PRELIMINAR DA PAZ COM AS PROVÍNCIAS UNIDAS DO RIO DA PRATA, dia 27 de agosto de 1828).

No dia 27 de agosto de 1828, também sob a mediação da Grã-Bretanha foi assinado a Convenção Preliminar da Paz com as Províncias Unidas do Rio da Prata. Este documento põe termino à Guerra da Cisplatina, com o reconhecimento da separação desta província do Império do Brasil e a independência da República Oriental do Uruguai. O Tratado também impôs o compromisso de permitir, durante quinze anos seguintes, a navegação do rio da Prata livre.

Havendo sua Majestade o Imperador do Brasil, e Sua Majestade o Rei do Reino Unido da Grã Bretanha e Irlanda, reconhecido respectivamente a obrigação que, pela separação do Império do Brasil do Reino de Portugal, se lhes devolve a renovar, confirmar , e dar pleno efeito às estipulações dos Tratados para regulação e abolição do

comércio de escravatura na costa da África. Artigo I. Acabados três anos depois da troca das ratificações do presente Tratado, não será lícito aos súditos do Império do Brasil fazer o comércio de escravos na costa da África. (CONVENÇÃO DA GRÃ-BRETANHA PARA ABOLIR O TRÁFICO DE ESCRAVOS, 23 de novembro de 1826).

Em 23 de novembro de 1826 foi firmada no Rio de Janeiro a Convenção da Grã-Bretanha para abolir o tráfico de escravos, de acordo com o que foi retificado no Congresso de Viena. As cláusulas da Convenção renovam o acordo que havia sido feito em 1817, época em que o Brasil fazia parte do Reino Unido de Portugal. A diferença deste Tratado em comparação ao anterior é que neste a posição controladora da Grã-Bretanha aparece mais evidente. É incluído novo acordo o período de vacância para ser considerado ilícito aos súditos do Brasil o comércio de escravos na costa da África. O acordo também foi considerado mais severo por considerar também ilícito o comércio inclusive em regiões que antes era permitido na Convenção de 1817. Apesar destas novas cláusulas, a mão de obra escrava continuava sendo permitida dentro do território brasileiro. Mais uma vez estavam sendo impostos os desejos do liberalismo comercial inglês.

Em 1827 foi feito também um novo Tratado entre o Rio de Janeiro e Londres, o Tratado de Amizade, Navegação e Comércio. Este acordo foi uma renovação de dois Tratados que foram estabelecidos entre a Grã-Bretanha e o Brasil no período Joanino. A Inglaterra continuava tendo privilégios na comercialização de suas mercadorias, e os súditos ingleses continuavam tendo quase todos os mesmos direitos dos súditos brasileiros no território do Brasil:

Artigo IV. Tendo a Constituição do Império abolido todas as jurisdições particulares, convém-se em que o lugar do juiz conversador da nação inglesa subsistirá só até que se estabeleça algum substituto satisfatório em lugar daquela jurisdição [...]. Todos os gêneros, mercadorias e artigos quaisquer que sejam, de produção ou manufatura dos territórios de Sua Majestade Britânica, assim dos seus portos da Europa como das suas colônias, que se acham abertos ao comércio estrangeiro, podem ser livremente importados para consumo em todos e cada um dos portos do Império do Brasil [...] pagando geral e unicamente direitos que não excedam quinze por cento, conforme o valor que lhes é dado na pauta de avaliações das alfândegas. (TRATADO DE AMIZADE, NAVEGAÇÃO E COMÉRCIO COM A GRÃ-BRETANHA. 17 de agosto de 1827).

Desde a morte de Dom João VI em 1826, a questão da sucessão do trono português foi um assunto de extrema atenção para Dom Pedro I. Ele relutou em abdicar da sucessão, deixando a questão provisoriamente de lado, podendo

conservar seus direitos. Esta estratégia deu certo até que seu irmão Dom Miguel em 1828, por meio de um golpe, conseguiu usurpar a coroa e proclamar-se Rei de Portugal.

Já no final de seu governo, Dom Pedro I enviou para Londres e Paris a missão diplomática, que frisava os interesses de deixar nas mãos de sua filha, Dona Maria da Glória, a sucessão da Coroa portuguesa. Em contra partida foram articuladas instruções secretas para que as repúblicas americanas se tornassem monarquias. O Ministro dos Negócios Estrangeiros Miguel Camon du Pin e Almeida, enviou instruções ao Marquês Santo Amaro no dia 21 de abril de 1830, dentre elas, as principais questões:

A abdicação condicional da Coroa portuguesa feita por S.M. Imperial, como rei fidelíssimo e sucessor do Sr. D. João 6º, na pessoa de sua augusta filha a Senhora D. Maria da Glória. [...] exigir do Governo britânico a intervenção permitida e o auxilio garantido por Tratados ainda em vigor, para restaurar a autoridade da Senhora D. Maria 2ª em Portugal; lembrar a Corte da Áustria a obrigação em que se acha de defender a causa da Rainha Fidelíssima, não só pelos ajustes constantes do Protocolo de Viena e conselhos dados a S.M Imperial, como pela razão de sangue e amizade; e 3º interessar o Gabinete Francês, que também havia tomado parte na Conferência de Viena, em favor da augusta vítima de traição do Sr. Infante Regente. (MISSÃO SANTO AMARO A LONDRES E PARIS, 21 de abril de 1830)

Um dos objetivos que fizeram a Política Externa do governo de Dom Pedro I estar pautada em transformar as nações vizinhas em Monarquias é a necessidade de assegurar este regime de governo no Império do Brasil. O país era a única Monarquia no continente americano, esta diferença em relação aos outros países poderia gerar desacordos políticos. Se todos, ou a maioria dos Estados da América do Sul adotassem o regime monárquico, poderiam ser feitos casamentos entre os príncipes da América, estabilizando o regime no continente. A respeito disso as instruções passadas para articulação foram:

V.Exa. procurará demonstrar, e fazer sentir aos soberanos que houverem de tomar parte nesta negociação, que o meio senão único, pelo menos o eficaz, de pacificar e constituir as antigas colônias espanholas, é o de estabelecer Monarquias constitucionais ou representativas nos diferentes Estados que se acham independentes [...]. Na escolha de príncipes para os tronos das novas monarquias e, quando seja mister havê-los da Europa, V.Exa. não hesitará em dar sua opinião a favor daqueles membros de augusta família Bourbon que estejam

no caso a passar à América. (MISSÃO SANTO AMARO A LONDRES E PARIS, 21 de abril de 1830)

A questão da Cisplatina, mesmo depois de firmada a Convenção da Paz com as Províncias Unidas do Rio da Prata em 1828, retorna ao debate na missão Santo Amaro. É clara a posição brasileira em querer se consolidar como a supremacia do Continente. O anseio Imperial na reanexação do território reafirma a importância estratégica que o Rio da Prata apresenta à região.

Quanto ao novo Estado Oriental, ou à Província Cisplatina que não faz parte do território argentino, que já esteve incorporada ao Brasil, e que não pode existir independente de outro Estado, V.Exa. tratará oportunamente, e com franqueza, de provar a necessidade de incorporá-la outra vez ao Império. 8º E no caso que a Inglaterra e a França se oponham a esta reunião ao Brasil, V.Exa insistirá, por meio de razões de conveniência política, que são óbvias e sólidas, em que o Estado Oriental se conserve independente, constituído em Grã-Ducado ou Principado, de modo que não venha de modo algum a formar parte da monarquia argentina. (MISSÃO SANTO AMARO A LONDRES E PARIS, 21 de abril de 1830)

A Política Externa Brasileira do Primeiro Reinado se apresentou extremamente ativa nas articulações de seus posicionamentos em relação aos seus vizinhos da América Latina e emancipação política de Portugal. Isso se deveu a autonomia que a Ministério de Negócios Estrangeiros passou a ter no governo de Dom Pedro I. Os Ministros e Chanceleres tiveram a possibilidade de trabalhar com a construção da identidade internacional brasileira e seu reconhecimento perante os outros Estados. Um exemplo disso é a posição de se impor como uma potência regional no hemisfério sul-americano. Com relação às potências europeias, o Estado se apresentou dependente da Grã-Bretanha. O apoio da hegemonia contribuiu para o reconhecimento da emancipação por parte de Portugal, mas após a independência política do reino lusitano, o Brasil se tornou ainda mais dependente economicamente da Inglaterra.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa ao analisar a Política Externa dos governos de Dom João VI e de Dom Pedro I no Brasil, consegue verificar quais os elementos que apresentam características semelhantes ou divergentes.

O governo de Dom João VI, no que se refere à Política Externa, se apresenta extremamente preocupado em assegurar a soberania portuguesa. Desta forma são apresentadas mudanças no eixo comercial e econômico do Império que reorganizam o sistema. A transferência, da coroa e da corte portuguesa, para o Brasil significou a manutenção de todo o reino por mais 13 anos, mas custo desta articulação foi o aumento da dependência econômica e comercial portuguesa da Inglaterra. Em âmbito doméstico, o governo de Dom João VI para tentar proteger o comércio português, diminuiu os valores das tarifas alfandegárias entre Portugal e Brasil em 16% e decretou a exclusividade no comércio de pau-brasil. As imposições britânicas fizeram com que o governo Joanino mantivessem as tarifas comerciais com a Inglaterra menores (15%), obtendo vantagem no comércio bilateral. O relativo ganho para o Brasil foi ter a possibilidade de comercializar com outros países que não fossem de domínio português, mas a verdadeira beneficiada destes acordos foi a Grã-Bretanha, que expandiu seu comércio diretamente para América portuguesa.

É possível identificar também um posicionamento neutro de Portugal em relação a certos conflitos, principalmente no que se diz respeito aos Estados com maior poder econômico, industrial ou bélico. No nível interno o reino de Portugal se apresentava demasiadamente fraco, impossibilitando em nível externo o combate de forma ofensiva. Durante o período Joanino no Brasil é possível verificar uma vontade luso-brasileira em se mostrar como força regional e posicionamentos imperialistas. Neste caso são destacados os primeiros conflitos na região do Rio da Prata.

No que tange a política interna, o período Joanino apresentou bastante relevância para o Brasil. Como explanado ao longo do trabalho, a fundação do Banco do Brasil, a revogação da proibição da imprensa na colônia, a possibilidade de criação de indústrias, entre outras mudanças, entregaram ao Brasil novas possibilidades de gestão administrativa. O país pode perceber que era possível o ter seu próprio centro político e não ser mais submisso ao Sistema Colonial e Mercantilista. É notório que, o retorno do rei a Portugal e as imposições das Cortes de Lisboa fomentariam a independência nacional dentro de pouco tempo.

No que se refere ao Primeiro Reinado, foi nele que surgiram os primeiros elementos de Política Externa Brasileira. A partir deste governo, as ações e deliberações passaram a ser desenvolvidas pelo Brasil e para o Brasil, diferente ao período Joanino, em que eram somente feitas no país, mas para o reino de Portugal. A principal mudança a respeito da Política Externa foi a evolução e autonomia que o Ministério de Negócios Estrangeiros ganhou no governo de Dom Pedro I. A partir de 1821, sua secretaria e departamentos passaram a ter autonomia e se desmembraram em mais órgãos, que futuramente iriam originar Ministério de Relações Exteriores do Brasil, o Itamaraty.

Os principais elementos de Política Externa Brasileira no Primeiro Reinado são: o posicionamento independente e emancipacionista; a busca por apoio político e reconhecimento dos vizinhos e das potências da época, tanto regionais na América do Norte, quanto pela hegemonia britânica; na América Latina, o posicionamento de afirmação como potencia regional, ao impor suas decisões para as Províncias Unidas do Rio da Prata; por fim elementos imperialistas, ao lançar guerra pela anexação da Banda Oriental do Uruguai.

Devido às dificuldades financeiras que o Brasil teve com o retorno de Dom João VI a Portugal, Dom Pedro I necessitou fazer empréstimos em nome da nação para conseguir gerenciar o Império e pagar os custos da Guerra da Independência. A partir do presente momento, o Brasil se tornou ainda mais submisso à Grã-Bretanha. A Inglaterra, ao conceder o empréstimo, também apresentou posicionamentos que favorecessem sua indústria e comércio. O controle econômico que a Inglaterra tinha sobre o reino de Portugal foi transferido também para o Império do Brasil.

Em relação a estrutura e organização interna do Brasil independente, é possível afirmar que elas foram muito mais aprofundadas, do que modificadas. A independência do Brasil se mostrou como um movimento conservador ao invés de revolucionário, pois a aristocrática e os grandes senhores de engenho continuaram com os mesmos privilégios. A escravidão se manteve e a população que encontrava a margem da sociedade não obteve avanço socioeconômico.

Devido aos fatos anteriormente citados, a presente pesquisa confirma a hipótese de que a Política Externa do Primeiro Reinado teve sua origem na Política Externa Joanina. Embora o governo de Dom Pedro I tenha apresentado mudanças significativas mudanças, todas, em modo geral, se mostraram mais convergentes a

Política Externa Portuguesa. O posicionamento de cunho imperialista em relação aos vizinhos americanos, a dependência direta de uma potência europeia, o desenvolvimento e autonomia de órgãos já estavam sendo praticados no período Joanino. Deste modo é possível afirmar que a base da Política Externa deste período teve influência nas modificações que ocorreram no período Joanino no Brasil (1808-1821). É relevante para os próximos estudos verificar quais destas características se perpetuaram nos governos seguintes, o Segundo Reinado e a República Velha.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Lourivel Nobre de. **A Comunidade Luso-Brasileira: Desafio de uma raça**. Rio de Janeiro: Artenova, 1969.

ARRUDA, José Jobson de Andrade. **Superlucros: a prova empírica do exclusivo colonial**. Topoi, Rio de Janeiro, v. 15, n. 29, p.706-718, 01 jul. 2014. Semestral. Disponível em: <http://www.revistatopoi.org/topoi29/OPINIAO_706.pdf>. Acesso em: 03 ago. 2015.

BEAUD, Michel. **A História do Capitalismo: de 1500 aos nossos dias**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987. 404 p. Disponível em: <<https://cfpbiocentrooeste.files.wordpress.com/2010/10/michel-beuad-historia-do-capitalismo.pdf>>. Acesso em: 19 jun. 2015.

BIBLIOTECA NACIONAL DIGITAL, S.I 01P **Biblioteca Nacional: o papel de um legado**. Disponível em: <<http://bndigital.bn.br/exposicoes/dom-joao-vi-e-a-biblioteca-nacional-o-papel-de-um-legado/>>. Acesso em 29 nov. 2015

BIBLIOTECA VIRTUAL DE DIREITOS HUMANOS. **Doutrina Monroe 1823**. s/a Disponível em: <<http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Documentos-antiores-%C3%A0-cria%C3%A7%C3%A3o-da-Sociedade-das-Na%C3%A7%C3%B5es-at%C3%A9-1919/doutrina-monroe-1823.html>> Acesso em: 10 nov.2015.

BRÁS, Eugênio José. **As relações sociais em duas capitanias coloniais portuguesas:: Rio de Janeiro e São Lourenço de Marques**. 2006. 135 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Sociologia, Departamento de Sociologia, Universidade de Brasília, Brasília- Df, 2006. Disponível em: <[http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/5555/1/2006_Eugênio JoséBrás.pdf](http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/5555/1/2006_Eugênio%20JoséBrás.pdf)>. Acesso em: 10 ago. 2015.

BRASIL. Lei 11 de agosto de 1827. **Crêa dous Cursos de sciencias Juridicas e Sociaes, um na cidade de S. Paulo e outro na de Olinda**. Presidência da República. Brasília, DF. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LIM/LIM-11-08-1827.htm>. Acesso em: 02 nov. 2015.

BRASIL. Decreto de 2 de maio de 1822. **Divide em duas a Secretaria de Estado dos Negocios Extrangeiros e da Guerra, ficando a Repartição dos Negocios Estrangeiros debaixo da direcção do Ministro e Secretario dos Negocios do Reino**. Câmara dos Deputados, Brasília, DF, Disponível em: <http://goo.gl/bVAECe>>. Acesso em: 02 nov. 2015.

BRASIL. Decreto 1º de agosto de 1822. **Declara inimigas as tropas mandadas de Portugal**. Câmara dos Deputados, Brasília, DF, Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/sn/antioresa1824/decreto-38964-1-agosto-1822-568320-publicacaooriginal-91689-pe.html>>. Acesso em: 02 nov. 2015.

BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. **Caminhos da história da urbanização no Brasil-colônia: Dossiê**. Anais do Museu Paulista, São Paulo, v. 20, n. 1, p.11-40, jan. 2012. Semestral. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/anaismp/v20n1/v20n1a02.pdf>>. Acesso em: 02 ago. 2015.

CASA IMPERIAL DO BRASIL. **Dom João VI**. Disponível em: <<http://www.monarquia.org.br/-/obrasilimperial/DJoaoVI.html>>. Acesso em: 10 ago. 2015.

CASTRO, Fábio Mendes de Oliveira. Itamaraty: **Dois Séculos de História: Volume 1 1808-1979**. Brasília: Funag, 2009. 641 p.

CERVO, Amado Luiz. **Eixos conceituais da política exterior do Brasil**. Revista Brasileira de Política Internacional, Rio de Janeiro, v. 13, n. 41, p.66-84, jan. 1998. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v41nspe/a05v41nspe.pdf>>. Acesso em: 08 jul. 2015.

CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. **História da política exterior do Brasil**. 2ª ed. Brasília- Df: Editora Universidade de Brasília, 2008.

CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. **História da política exterior do Brasil**. 4ª. ed. Brasília- Df: Editora Universidade de Brasília, 2011. 594 p.

CERVO, Amado; MAGALHÃES, José Calvet de. **Depois das Caravelas: As relações entre Portugal e Brasil 1808-2000**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000. 397p.

CORRÊA, Dora Shellard. **Historiadores e cronistas e a paisagem da colônia Brasil**. Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 26, n. 51, p.63-87, jan. 2006. Semestral. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-01882006000100005&script=sci_arttext>. Acesso em: 08 maio 2015.

COSTA, Everaldo Batista da; SUZUKI, Júlio César. **A ideologia espacial constitutivo do Estado Nacional brasileiro**. Scripta Nova: Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales, Barcelona, v. 16, n. 418, p.01-20, 01 nov. 2012. Mensal. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/coloquio2012/actas/01-E-Batista.pdf>>. Acesso em: 05 jun. 2015.

DEBRUN, Michel. **A identidade Nacional Brasileira**. Estudos Avançados, São Paulo, v. 8, n. 4, p.39-49, abr. 1990. Trimestral. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141990000100004>. Acesso em: 04 abr. 2014.

D'EÇA, Vicente Almeida. **Portos do Brasil**. Lisboa: Livraria Ferin, 1908. 97p.

DEYON, Pierre. **O Mercantilismo**. 4ª. ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 2001. 153 p. Disponível em: <http://www.cmb.ensino.eb.br/dmdocuments/pierre_deyon_o_mercantilismo.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2015.

FACULDADE DE MEDICINA UFRJ. S.I. **História** Disponível em: <http://www.medicina.ufrj.br/colchoes.php?id_colchao=1>. Acesso em 29 nov. 2015

FALCON, Francisco. **Mercantilismo e Transição: Tudo é História**. 15ª. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. 101 p. (1ª Reimpressão 1996).

FALCON, Francisco J. C. **Luzes e Revolução na Colônia**. Estudos Avançados, São Paulo, v. 2, n. 2, p.73-85, 01 maio 1988. Trimestral. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141988000200009>. Acesso em: 30 maio 2015.

FELDMAN, Ariel. **Como pano de fundo ao Império: a trajetória do Fundamento Histórico, de sua produção a sua publicação na imprensa joanina (1773-1819)**. Varia Historia, Belo Horizonte, v. 29, n. 49, p.101-113, jan. 2013. Trimestral. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010487752013000100006&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 05 jul. 2015.

FLORES, Giovanna Gertrudes Benedetto. **Os sentidos de nação, liberdade e independência na imprensa brasileira (1821-1822) e a função do discurso jornalístico brasileiro**. 2011. 377 f. Tese (Doutorado) - Curso de Linguística, Unicamp, Campinas, 2011. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000841976>>. Acesso em: 05 abr. 2014.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. 34. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. 351 p.

GARCIA, Eugênio Vargas (Org.). **Diplomacia brasileira e Política Externa: Documentos históricos (1493-2008)**. Rio de Janeiro: Contra Ponto Editora, 2008. 751 p.

GARCIA, Eugênio Vargas. **Cronologia das Relações Internacionais do Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Contraponto Editora, 2005. 336 p.

GONÇALVES, Williams. **Brasil e Portugal: Sociedade e Estado nas Relações Bilaterais**. Revista da Escola de Guerra Naval, Rio de Janeiro, v. 14, p.7-23, 2009.

GOVERNO DO RIO DE JANEIRO. **História**. Disponível em: <<http://jbrj.gov.br/jardim/historia>>. Acesso em 29 nov. 2015.

GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. **Quinhentos anos de periferia**. 4. ed. Porto Alegre: Editora Ufrgs, 1999.

HOHLFELDT, Antonio. **Correio e Gazeta: omparações e influências**. Estudos em Jornalismo e Mídia: Ano V, Florianópolis, v. 2, p.12-26, Não é um mês valido! 2008. Semestral. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/view/1984-6924.2008v5n2p12/10182>>. Acesso em: 11 out. 2015.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2013. 220 p.

HOWARD, Dick. **Hermenêutica e Teoria Crítica: Iluminismo como política**. Trans/Form/Ação, São Paulo, n. 17, p.51-61, 05 jul. 1994. Semestral. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/trans/v17/v17a05.pdf>>. Acesso em: 10 jul. 2015.

INSITITUTO DIPLOMÁTICO. **Relações Diplomáticas de Portugal**. João de Vallera. Disponível em: <https://goo.gl/eOPVBo> . Acesso em: 13 out. 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Estimativa de população 1550-1870**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censohistorico/1550_1870.shtm>. Acesso em: 01 out.2015

JARDIM BOTÂNICO DO RIO DE JANEIRO. **História**. 2014. Disponível em: <<http://jbrj.gov.br/jardim/historia>>. Acesso em: 28 out. 2015.

KIRCHNER, Tereza Cristina. **Entre o Rei e a Lei: Natureza, legislação ilustrada e conflitos no final do período colonial**. Textos de História, Brasília, v. 11, n. 1/2, p.47-61, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_nlinks&ref=000126&pid=S0104-8775200800010000600030&lng=pt>. Acesso em: 07 ago. 2105.

KÜHN, Fábio; COMISSOLI, Adriano. **Administração na América portuguesa:: A expansão das fronteiras meridionais do Império (1680 -1808)**. Revista de História, São Paulo, n. 169, p.53-81, 01 jul. 2013. Semestral. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rh/n169/0034-8309-rh-169-00053.pdf>>. Acesso em: 08 jul. 2015.

LAFER, Celso. **A identidade Internacional do Brasil e a Política Externa brasileira: passado, presente e futuro**. São Paulo: Perspectiva, 2001

LIMA, Fernando Carlos G. de Cerqueira. **Uma Análise Crítica da Literatura Sobre a Oferta e a Circulação de Moeda Metálica no Brasil nos Séculos XVI e XVII**. Estudos Econômicos, São Paulo, v. 35, n. 1, p.169-201, 01 jan. 2005. Bimestral. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ee/v35n1/v35n1a06.pdf>>. Acesso em: 08 abr. 2015.

MALERBA, Jurandir. **As Independências do Brasil:: ponderações teóricas em perspectiva historiográfica**. História, São Paulo, v. 24, n. 1, p.99-126, jan. 2005. Semestral. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-90742005000100005&script=sci_arttext>. Acesso em: 02 nov. 2015

MATTOS, Laura Valladão de. **As razões do laissez-faire: uma análise do ataque ao mercantilismo e da defesa da liberdade econômica na Riqueza das**

Nações. Revista de Economia Política, São Paulo, v. 27, n. 1, p.108-129, 02 jan. 2007. Bimestral. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_pdf&pid=S0101-31572007000100006&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 10 ago. 2015.

NEVES, Lúcia Maria Bastos P. **Cidadania e participação política na época da Independência do Brasil.** Cad. Cedes, Campinas, v. 22, n. 58, p.47-64, 01 dez. 2002. Mensal. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 01 nov. 2015.

NORTON, Luis. **A Corte de Portugal no Brasil.** São Paulo: Nacional, 2009. 408 p. Disponível em: <<http://www.brasiliana.com.br/obras/a-corte-de-portugal-no-brasil/pagina/24>>. Acesso em: 12 jun 2015.

OLIVEIRA, Eduardo Romero de. **A ideia de Império e a fundação da Monarquia Constitucional no Brasil: (Portugal-Brasil, 1772-1824).** Tempo, Niterói, v. 9, n. 18, p.43-63, 01 jun. 2005. Semestral. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-77042005000100003>. Acesso em: 01 nov. 2015.

OLIVEIRA, Eduardo Romero de. **O império da lei: ensaio sobre o cerimonial de sagração de D. Pedro I (1822).** Tempo, Niterói, v. 13, n. 26, p.133-159, 1 nov. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/tem/v13n26/a08v1326.pdf>>. Acesso em: 12 out. 2015.

OLIVEIRA, Henrique Altemani de. **Política Externa Brasileira.** São Paulo: Saraiva, 2005. 312 p.

ORTIZ, Renato. **Imagens do Brasil.** Revista Sociedade e Estado, Campinas, v. 28, n. 3, p.609-633, 01 set. 2013. Trimestral. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/se/v28n3/a08v28n3.pdf>>. Acesso em: 15 ago. 2015.

PINTO, Virgílio Noya. **Balanço das transformações econômicas no século XIX.** In: CARDOSO, Fernando Henrique; MOTA, Carlos Guilherme (Org.). Brasil em perspectiva. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, p126-145, 1973

PRADO JUNIOR, Caio. **Evolução Política do Brasil: e outros estudos.** São Paulo: Companhia das Letras, 2012. 301 p. Disponível em: <<http://www.companhiadasletras.com.br/trechos/13259.pdf>>. Acesso em: 23 set. 2015.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo.** São Paulo: Pulifolha, 2000. 408p.

PUTNAM, Robert D. **Diplomacy and Domestic politics: the logic of toe-lewel games.** International Organization, Massachusetts, v. 3, n. 43, p.428-460, jun. 1988. Semestral. Disponível em: <<http://www.ou.edu/uschina/texts/Putnam88Diplomacy.pdf>>. Acesso em: 05 nov. 2015

REHEM, Indiara Vanessa Pereira. **Ocupando, conquistando, dando e vendendo terras: Portugal-Brasil**. 2010. 229 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Faculdade de Arquitetura e Urbanismo Fau, Universidade de Brasília, Brasília- DF, 2010. Disponível em: <<http://repositorio.unb.br/handle/10482/8389>>. Acesso em: 10 ago. 2015.

REVISTA MILITAR. A transferência da família Real para o Brasil: suas consequências. **2008**. Disponível em: <http://www.revistamilitar.pt/artigo.php?art_id=257>. Acesso em: 08 ago.2015

SÁ, Vera Borges de. **A FORMAÇÃO DO BRASIL CONTEMPORÂNEO POR CAIO PRADO JÚNIOR: contexto, epistemologia e hermenêutica de um clássico da historiografia brasileira**. Revista Symposium, Pernambuco, v. 2, p.19-34, jul. 98. Semestral. Disponível em: <<http://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/3077/3077.PDF>>. Acesso em: 07 ago. 1015.

SILVA, José Luiz Werneck da. **Duas faces da mesma moeda: a Política Externa do Brasil Monárquico**. Rio de Janeiro: Universidade Aberta, 1990. 94 p.

SILVA, José Luiz Werneck da; GONÇALVES, Willians. **Relações Exteriores do Brasil I: (1808 -1830)**. Petrópolis: Vozes, 2009. 184 p.

SIQUEIRA, Lucília. **O nascimento da América portuguesa no contexto imperial lusitano: Considerações teóricas a partir das diferenças entre a historiografia recente e o ensino de História**. História, São Paulo, v. 28, n. 1, p.99-125, 2009. Mensal. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/his/v28n1/04.pdf>>. Acesso em: 17 ago. 2015.

SMITH, Adam. **A Riqueza das Nações: Investigação Sobre sua Natureza e suas Causas**. São Paulo: Nova Cultural, 1996. 400 p. Disponível em: <[http://www.afoiceeomartelo.com.br/posfsa/Autores/Smith, Adam/A Riqueza das Nações, Investigação Sobre Sua Natureza e Suas Causas - Vol. I.pdf](http://www.afoiceeomartelo.com.br/posfsa/Autores/Smith,Adam/A_Riqueza_das_Nações,Investigação_Sobre_Sua_Natureza_e_Suas_Causas_-_Vol._I.pdf)>. Acesso em: 10 set. 2015.

TORRES, Simei Maria de Souza. **O sol e a sombra: política e administração na América portuguesa do século XVIII**. Somanlu, São Paulo, v. 2, p.203-209, 01 jul. 2011. Semestral. Disponível em: <<http://periodicos.ufam.edu.br/index.php/somanlu/article/viewFile/531/359>>. Acesso em: 15 jul. 2015.

SOUZA, André Peixoto de. **Pensamento Jurídico brasileiro, ensino do Direito e a Constituição do sujeito político no Império (1822- 1891)**. 2011. 376 f. Tese (Doutorado) - Curso de Educação, História, Filosofia e Educação., Unicamp, Campinas, 2011. Disponível em: <<http://libdigi.unicamp.br/document/?code=000849404>>. Acesso em: 10 abr. 2015

VICENTE, Antônio Pedro. **Política exterior de D. João VI no Brasil**. Estudos Avançados, São Paulo, v. 19, n. 7, p.193-214, 01 jan. 1993. Semestral. Disponível

em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_pdf&pid=S0103-40141993000300006&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 22 out. 2015.

VINHAS, Bernardo et al (Org.). **O liberalismo econômico da política externa Joanina: a imposição britânica e as contradições engendradas pelo interesse luso**. Revista Perspectiva: Reflexões sobre a temática internacional, Porto Alegre, v. 11, p.84-96, set. 2013. Semestral.

VISENTINI, Paulo Fagundes. **Curso de formação em Política Internacional**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2007. 295 p. Disponível em: <http://www.fpabramo.org.br/uploads/Curso_de_Formacao_em_Politica_Internacional.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2015.

WOOD, Anthony John R. Russell. **Centros e Periferias no Mundo Luso-Brasileiro, 1500-1808**. Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 18, n. 36, p.393-394, 1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-01881998000200010&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 25 maio 2015.